

**Relatório
Portugal 2020 na
Região Alentejo
2016**

Orgão de Acompanhamento das Dinâmicas Regionais
Outubro 2017

FICHA TÉCNICA

TÍTULO:

Relatório Portugal 2020 na Região Alentejo 2016

COORDENAÇÃO:

Figueira Antunes

ELABORAÇÃO:

Carlos Almeida

CONCEPÇÃO GRÁFICA E PAGINAÇÃO:

Filomena Avelar

PROPRIEDADE:

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Alentejo

Av. Engenheiro Arantes e Oliveira, nº 193

7004-514 Évora

Tel.:266 740 300

Email: expediente@ccdr-a.gov.pt

www.ccdr-a.gov.pt

EDIÇÃO:

Outubro 2017

ÍNDICE

1. INTRODUÇÃO	4
1.1 Enquadramento	4
1.2 Estrutura do Relatório	5
2 . OBJETIVOS E METODOLOGIA	7
2.1 - Objetivos	7
2.2 Metodologia	7
2.3 Informação	7
3 . SINTESE MACROECONÓMICA	8
3.1 - PIB	8
3.2 - PIB per capita	10
3.3 – Emprego	11
3.4 – Remunerações	12
3.5 – Formação Bruta de Capital Fixo	13
3.6 – Produtividade Aparente do Trabalho	13
4 . OPERACIONALIZAÇÃO DO PORTUGAL 2020 NO ALENTEJO	14
4.1 Projetos Aprovados	15
4.1.1 – Sistemas de Incentivos	19
4.2 Fundos por Domínio Temático	23
4.3 – Territorialização dos Fundos	26
4.3.1 – Sistemas de Incentivos por NUTS III	29
4.4 – Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial no Alentejo	32
5 . INDICADORES DE CONTEXTO E CONTRIBUTOS PARA O PNR	34
5.1 – Informação Estatística	34
6 . CONCLUSÕES	41
ANEXO I	44
ANEXO II	45
ANEXO III	46
Siglas e Abreviaturas	47

1. INTRODUÇÃO

1.1 ENQUADRAMENTO

O PORTUGAL 2020 assume princípios de programação alinhados com o Crescimento Inteligente, Sustentável e Inclusivo, prosseguindo a ESTRATÉGIA EUROPA 2020.

O estímulo à produção de bens e serviços transaccionáveis; o incremento das exportações; a transferência de resultados do sistema científico para o tecido produtivo; o cumprimento da escolaridade obrigatória até aos 18 anos; a redução dos níveis de abandono escolar precoce; a integração das pessoas em risco de pobreza e combate à exclusão social; a promoção do desenvolvimento sustentável, numa óptica de eficiência no uso dos recursos; o reforço da coesão territorial, particularmente nas cidades e em zonas de baixa densidade; a racionalização, modernização e capacitação da Administração Pública, são os principais objetivos das políticas a prosseguir no Portugal2020.

Merece ainda destaque a Estratégia de Investigação e Inovação de Portugal para uma Especialização Inteligente nas suas componentes NACIONAL e REGIONAIS, que identifica as grandes apostas estratégicas inteligentes, que são temas com especialização científica, tecnológica e económica, nos quais Portugal e as suas regiões detêm vantagens comparativas e competitivas ou que revelaram potencial de emergir como tais. O alinhamento com essas estratégias constitui obrigatoriedade na concretização dos investimentos do Portugal 2020 em Investigação, Desenvolvimento tecnológico e Inovação (OT 1) e prioridade noutros casos, como por exemplo, no âmbito dos apoios à competitividade das PME (OT 3).

Para conseguir assegurar os objetivos a que se propõe vai contar com o apoio dos Fundos Estruturais e do Fundo de Coesão, no âmbito de todos os Programas Operacionais, no período 2014-2020.

A aplicação destes Fundos, ir-se-á repartir por todo o território português, do qual faz parte a região Alentejo, que por sua vez terá acesso a um conjunto de Programas Operacionais, que lhe proporcionarão diversas oportunidades de investimento, que podem potenciar o desenvolvimento regional nas suas várias vertentes: territorial, económica e social.

Em termos mais concretos, e tendo em vista os objetivos e o contexto anteriormente descrito, têm incidência nesta região, os seguintes Programas Operacionais:

Programas Operacionais Temáticos

Capital Humano – *PO CH*

Competitividade e Internacionalização – *PO CI – COMPETE 2020*

Inclusão Social e Emprego – *PO ISE*

Sustentabilidade e Eficiência no Uso de Recursos – *PO SEUR*

5 Programas Operacionais Regionais do Continente, sendo de destacar, neste caso, o Programa Operacional Regional do Alentejo, ALENTEJO 2020

Programas Operacionais de Cooperação Territorial Transfronteiriça (Portugal-Espanha e Bacia do Mediterrâneo), Transnacional (Espaço Atlântico, Sudoeste Europeu, Mediterrâneo), Inter-regional e de Redes de Cooperação Inter-regional, co-financiados pelo FEDER.

Além destes, que também fazem parte integrante do Portugal 2020, ainda têm incidência nesta região, os seguintes Programas:

Programa de Desenvolvimento Rural do Continente – *PDR2020*

Programa Operacional Mar 2020 – MAR2020

1.2 ESTRUTURA DO RELATÓRIO

O relatório irá ser dividido em quatro partes, tal como se descreve em seguida.

I – Introdução

Enquadramento

Breve enquadramento do PORTUGAL 2020, realçando os seus objectivos, descrevendo os programas que o compõem, bem como dos restantes Programas Operacionais que envolvem Fundos Comunitários e que têm incidência na Região do Alentejo.

II – Objectivos e Metodologia

Neste ponto serão definidos os objectivos que vão orientar o presente Relatório. E também a metodologia que suporta a realização do mesmo.

III – Síntese Macroeconómica

Apresentação regionalizada de alguns indicadores macroeconómicos presentes nas contas regionais, tais como PIB, PIBpercapita, VAB, VAB por setores, Emprego, Remunerações e Formação Bruta de Capital Fixo, Cálculo de variações anuais e de variações homólogas.

IV – Operacionalização do PORTUGAL 2020 no Alentejo

Análise comparativa entre Portugal e o Alentejo acerca da situação dos vários Programas Operacionais no que respeita os valores de candidaturas, investimento previsto, investimento elegível, apoio concedido e pagamentos.

Estas análises vão estender-se por quatro níveis distintos.

4.1 Projetos Aprovados

A este nível será feita uma análise por Programa Operacional analisado com recurso a gráficos e quadros, havendo também o cálculo e apresentação de indicadores de execução e desempenho. Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível, Fundo Comunitário contratado e Fundo Comunitário pago.

A apresentação será feita: Por PO Financiador, Fundo Comunitário e Prioridade de Investimento.

4.1.1 – Sistemas de Incentivos

Neste capítulo vai fazer-se uma análise muito particular aos sistemas de incentivos e à sua implementação na região.

Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível, Fundo Comunitário contratado e Fundo Comunitário pago.

A apresentação será feita: Por PO Financiador, Setor de Atividade, Dimensão de Empresa, Objetivo Temático, Tipologia de Intervenção e Prioridade de Investimento. Também serão apresentados alguns indicadores relativos a Postos de Trabalho, VAB e Volume de Vendas e Negócios Internacionais.

4.2 Fundos por Domínio Temático

Neste ponto será feita uma análise por Domínio Temático Programa Operacional analisado com recurso a Gráficos e quadros, havendo também o cálculo e apresentação de indicadores de exe-

cução e desempenho. Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível, Fundo Comunitário contratado e Fundo Comunitário pago. A apresentação será feita: Domínio temático

4.3 – Territorialização dos Fundos

Este ponto vai-se proceder a uma apresentação que visa fundamentalmente mostrar a forma como estão a ser distribuídos e aplicados os fundos comunitários no território alentejano. Para isso vão ser construídas tabelas e gráficos da aplicação dos vários programas operacionais com desagregações à NUTS III, retratando o que se passa em termos de candidaturas, aprovações, contratações.

4.3.1 – Sistemas de Incentivos por NUTS III

Neste capítulo vai fazer-se uma análise muito particular aos sistemas de incentivos e à sua implementação na região por NUTS III. Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível, Fundo Comunitário contratado e Fundo Comunitário pago.

A apresentação será feita: NUTS III e Setor de Atividade. Também serão apresentados alguns indicadores relativos a Postos de Trabalho, VAB e Volume de Vendas e Negócios Internacionais.

4.4 – Abordagens Integradas de Desenvolvimento Territorial no Alentejo

A este nível será feita uma análise por Estratégia Integrada de Desenvolvimento Regional com recurso a gráficos e quadros, havendo também o cálculo e apresentação de indicadores de execução e desempenho. Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível e Fundo Comunitário aprovado. A apresentação será feita por Instrumento Territorial.

V – Indicadores de Contexto e Contributos para o PNR

5.1 – Informação Estatística

Neste caso optou-se por recorrer a informação de carácter oficial que é produzida dentro de um limite de tempo razoável para poder ser contrastada com a realização do investimento, recorrendo-se para isso, ao Inquérito ao Emprego do INE que produz informação trimestral, a qual se pode fazer coincidir com os dados relativos à execução do PORTUGAL 2020. Para efeitos de realização das análises pretendidas vão utilizar-se de forma comparativa os dados do 4º Trimestre de 2013 (Trimestre imediatamente anterior ao início do PORTUGAL 2020) e os dados do Trimestre coincidente com a última informação relativa ao PORTUGAL 2020 (Jun. 2016).

Também se vai utilizar a informação produzida pelo INE relativa ao Sistema de Indicadores do PORTUGAL 2020 de modo a que haja uma breve resenha da evolução dos indicadores de contexto e de realização antes do início da aplicação do PORTUGAL 2020 (2013, para poder fazer uma análise de tendência com alguma distância temporal) com dados disponíveis, os mais recentes, relativamente a alguns indicadores, relativos ao território, à economia e às pessoas, procurando também fazer uma avaliação do contributo da aplicação dos Fundos Comunitários nesta região para o Plano Nacional de Reformas.

VI – Conclusões

Análise sistemática dos principais pontos fortes e pontos fracos resultantes das análises efectuadas nos capítulos anteriores, bem como, identificar as linhas de força que resultam deste relatório.

O presente trabalho foi marcado por condicionalismos diversos começando pela informação dis-

ponível, passando pelos timings associados à sua realização e como tal deve ser visto como uma primeira abordagem a um assunto que irá ter sequência nos próximos anos nos quais poderá sofrer alterações e dar origem a outras abordagens e ao aprofundamento das metodologias de recolha e análise. Neste sentido todos os comentários ou críticas serão analisados criteriosamente pois poderão contribuir para melhorar a qualidade do documento.

2 – OBJETIVOS E METODOLOGIA

2.1 - OBJETIVOS

O presente trabalho irá se desenvolvido, tendo por referência os seguintes objectivos:

- ▶ Identificar a aplicação de Fundos no território que corporiza a região do Alentejo, neste caso relativa aos dados disponíveis.
- ▶ Sistematizar e analisar a aplicação dos Fundos Estruturais na região por Sectores de Actividade.
- ▶ Analisar a distribuição de Fundos Comunitários pelo Território.
- ▶ Avaliar o impacto da aplicação dos Fundos nesta região.

2.2 - METODOLOGIA

A partir da informação recolhida far-se-á uma sistematização e análise da mesma, recorrendo a estatísticas simples tendo sempre presentes níveis analíticos que permitam descrever e explicar a forma de aplicação dos Fundos Comunitários na Região Alentejo. Partindo destes pressupostos pretende-se construir:

- 1 – Tabelas que permitam observar a aplicação dos Fundos Comunitários a vários níveis, (Programa, Território, Aviso, Objetivo Temático, Prioridade de Investimento e Tipologia de Intervenção, Sector de Actividade).
- 2 – Uma sequência de gráficos que permitam uma leitura imediata dos dados naquelas variáveis cuja apresentação seja mais pertinente e esclarecedora.
- 3 – Um conjunto de cruzamento de informação que permita identificar a distribuição dos Fundos Comunitários pelas NUTS III que compõem o Alentejo.
- 4 – Uma síntese da evolução de um conjunto sistematizado de indicadores de resultado e de contexto.

2.3 - INFORMAÇÃO

Para a realização do Relatório, tendo em conta a aplicação dos Fundos nesta região, é necessário que seja recolhida informação relativa a cada um deles e a todos em conjunto. A informação a recolher deverá ser o mais actualizada possível desagregada por:

- ▶ Programa Operacional – Aviso, Objetivo Temático, Prioridade de Investimento e Tipologia de Intervenção.
- ▶ NUTS III.
- ▶ Sector de Actividade Económica (CAE a 5 dígitos).

E terá primordialmente as seguintes fontes de Informação:

- ▶ Dados obtidos a partir do SGO PORTUGAL 2020.
- ▶ Conta Corrente do Balcão 2020.
- ▶ Dados fornecidos pela Autoridade de Gestão do ALENTEJO 2020.
- ▶ Dados recolhidos a partir dos Relatórios Anuais de Execução dos vários Programas Operacionais.
- ▶ Sistema de Indicadores do Portugal 2020 – INE.

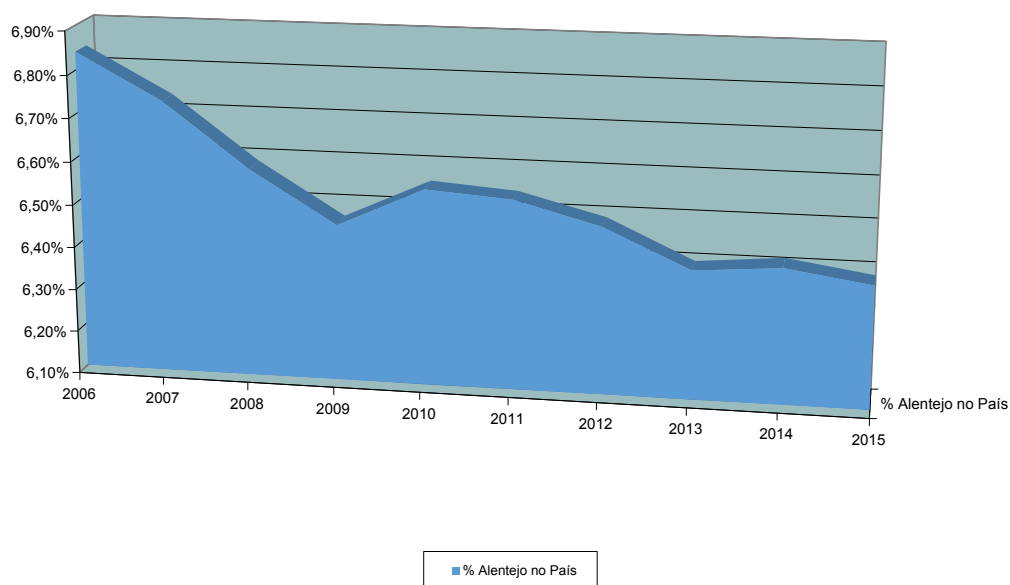
Neste caso concreto utilizou-se informação recolhida a 31 de Dezembro de 2016, ou para o caso dos indicadores a última informação disponível.

3 – SÍNTESE MACROECONÓMICA

3.1 - PIB

Em Portugal o Produto Interno Bruto a preços correntes nos últimos 10 anos sofreu variações consideráveis ainda assim apresenta um crescimento de cerca de 7% no período que medeia entre 2006 e 2015. Nesse mesmo período no Alentejo esse indicador também registou algumas variações, mais significativas que as registadas a nível Nacional, e apesar de ter crescido fê-lo de forma mais comedida.

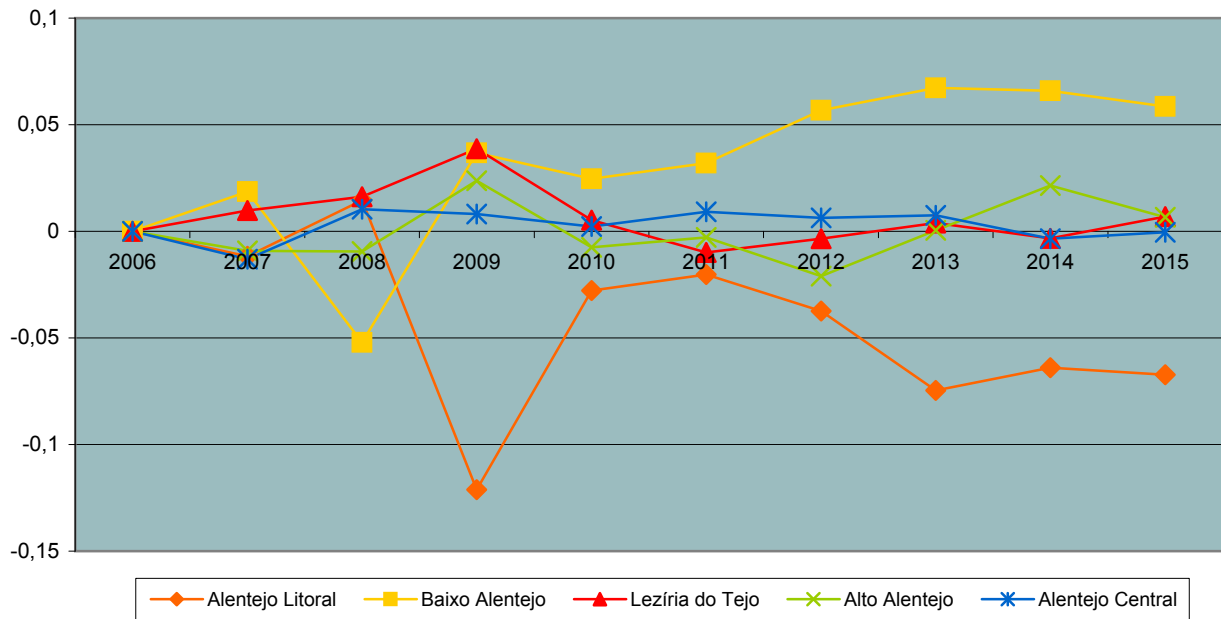
Gráfico 3.1 – Evolução do Peso do PIB Regional no PIB Nacional



A observação do gráfico é esclarecedora, pois no mesmo verifica-se uma redução do peso do PIB regional no Nacional, indicativa do menor crescimento registado no PIB do Alentejo.

Realizando o mesmo tipo de análise para a realidade regional, ao nível da NUTS III, constata-se que surgem três situações distintas. Em primeiro lugar destaca-se uma NUTS III (Baixo Alentejo), que apresenta um conjunto de crescimentos do PIB superiores à média regional. Em segundo lugar também se destaca, mas pela inversa o Alentejo Litoral que apresenta um leque de crescimentos do PIB inferiores à média regional. E por fim verifica-se que as restantes NUTS III apresentam níveis de crescimento muito em torno da média regional. O Gráfico seguinte permite observar tudo o que se explanou.

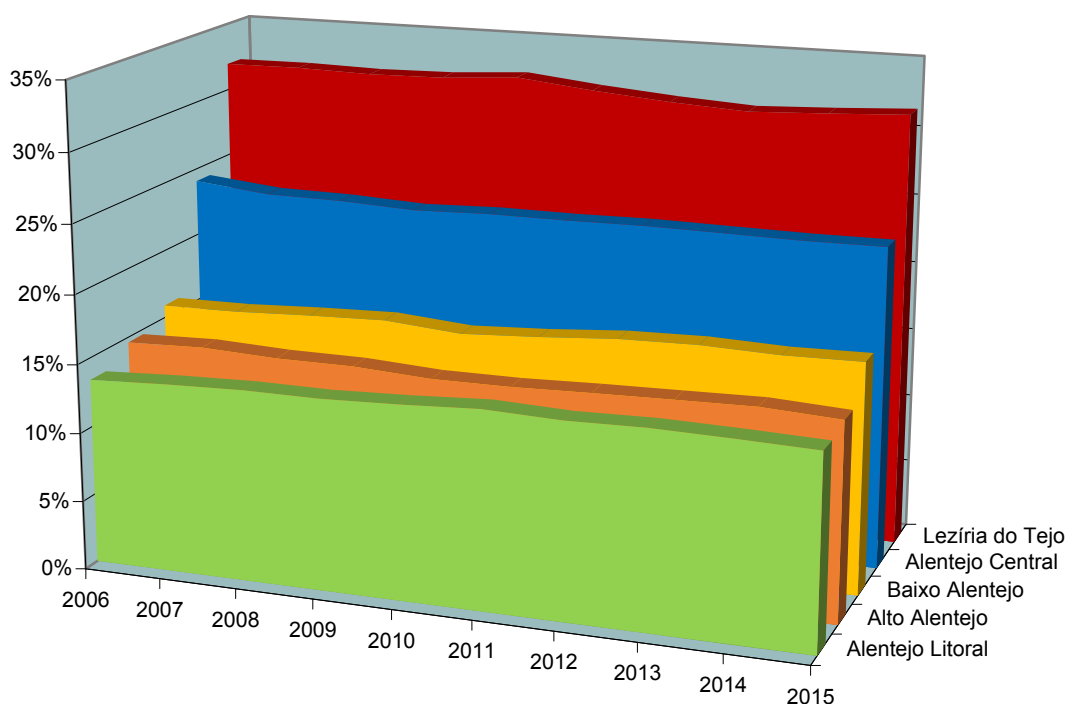
Gráfico 3.2 – Evolução do PIB Inter-regional



A observação do gráfico é esclarecedora, pois no mesmo verifica-se uma redução do peso do PIB regional no Nacional, indicativa do menor crescimento registado no PIB do Alentejo.

Realizando o mesmo tipo de análise para a realidade regional, ao nível da NUTS III, constata-se que surgem três situações distintas. Em primeiro lugar destaca-se uma NUTS III (Baixo Alentejo), que apresenta um conjunto de crescimentos do PIB superiores à média regional. Em segundo lugar também se destaca, mas pela inversa o Alentejo Litoral que apresenta um leque de crescimentos do PIB inferiores à média regional. E por fim verifica-se que as restantes NUTS III apresentam níveis de crescimento muito em torno da média regional. O Gráfico seguinte permite observar tudo o que se explanou.

Gráfico 3.3 – Evolução do PIB Inter-regional

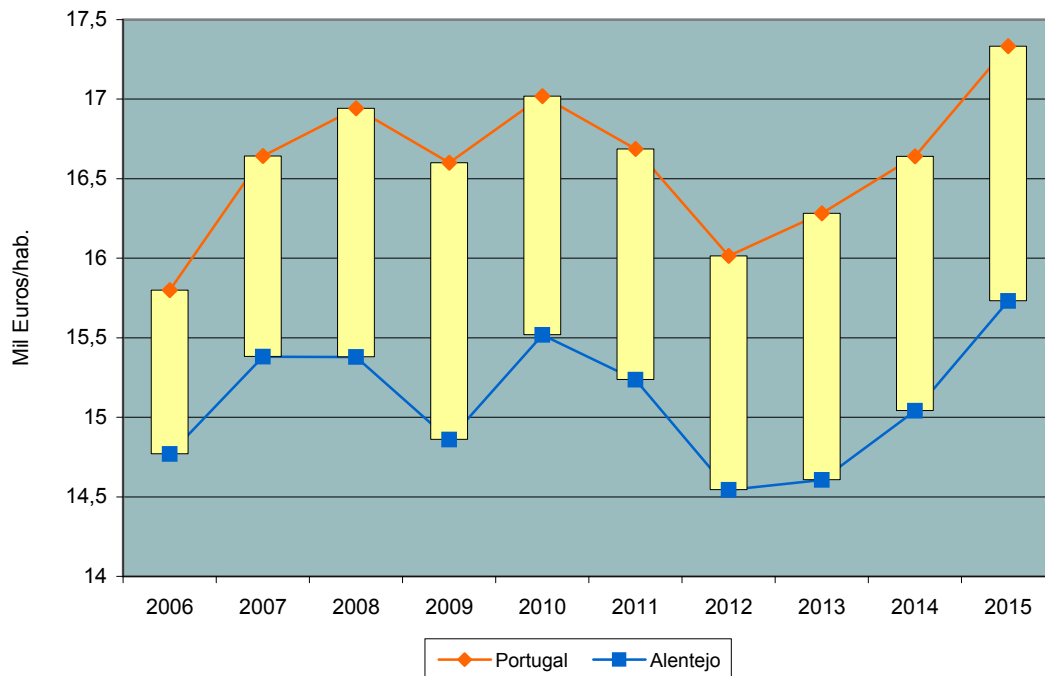


Contudo, apesar dos diferenciais de crescimento que se registaram, verifica-se que não há grandes alterações nos contributos de cada uma das NUTS III para o PIB regional.

3.2 - PIB PER CAPITA

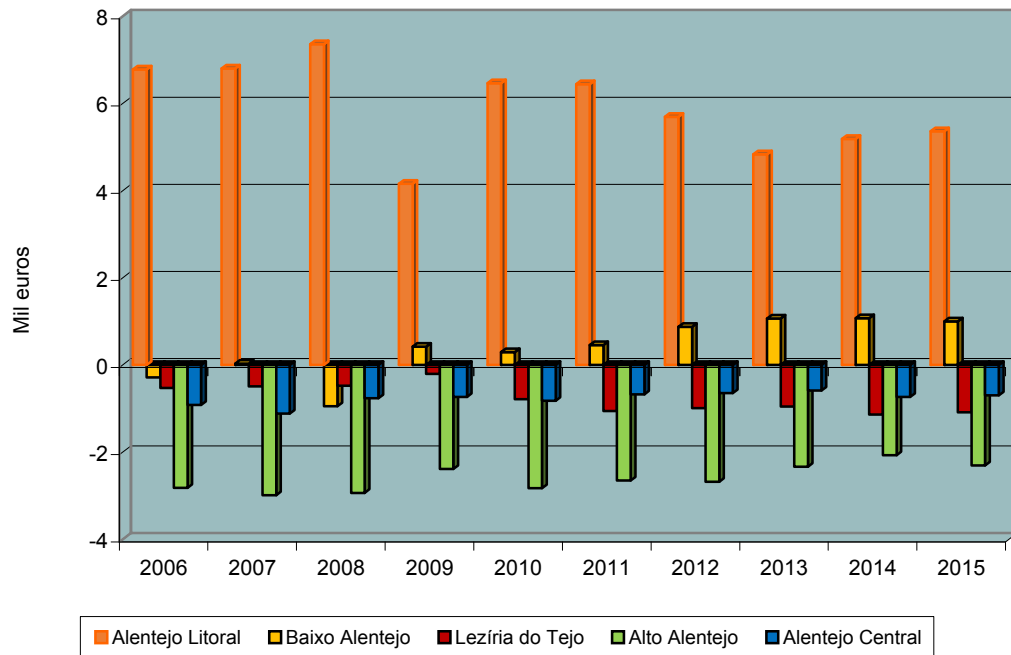
À semelhança do que sucede com o PIB também o PIB per capita regista uma evolução diferenciada, ao longo do período em análise, registando na região Alentejo um crescimento ligeiramente inferior ao que se verifica para a média Nacional. No final do período, em termos absolutos, o diferencial que se registava entre o PIB per capita de Portugal e o PIB per capita da região Alentejo é de 1,6 mil euros, quando no início do período essa diferença era de mil euros.

Gráfico 3.4 – Evolução do PIB per capita Regional e do PIB per capita Nacional



No que respeita à variação do PIB per capita no seio das NUTS III do Alentejo deparam-se duas situações distintas. A primeira das quais para o Alentejo Litoral e para o Baixo Alentejo, que tradicionalmente apresentam valores superiores à média regional, com particular destaque para o Alentejo Litoral cujos valores superam em mais de 30% aquela média. Por sua vez as restantes NUTS III apresentam valores de PIB per capita inferiores aos registados para o Alentejo. O gráfico seguinte, no qual se calculam os índices de disparidade (PIB per Capita NUTS III – PIB per capita Região Alentejo), evidencia e comprova o que se acabou de afirmar.

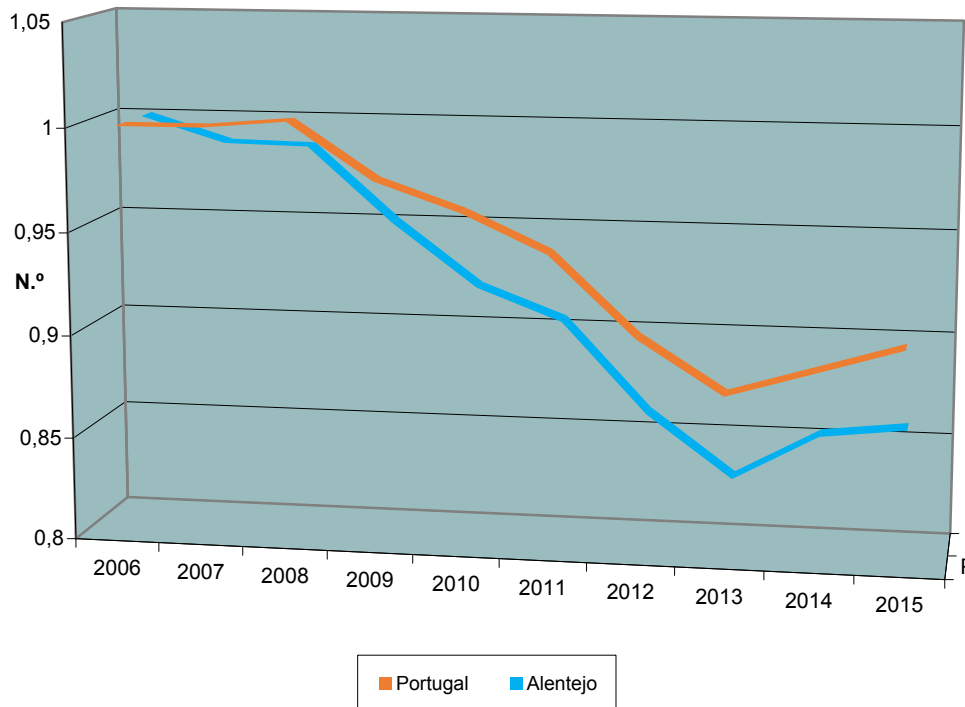
Gráfico 3.5 – Índices de Disparidade no PIB per capita nas NUTS III



3.3 - EMPREGO

O número de empregados em Portugal tem vindo a registar quebras ao longo dos últimos 10 anos.

Gráfico 3.6 – Evolução do emprego em Portugal e no Alentejo

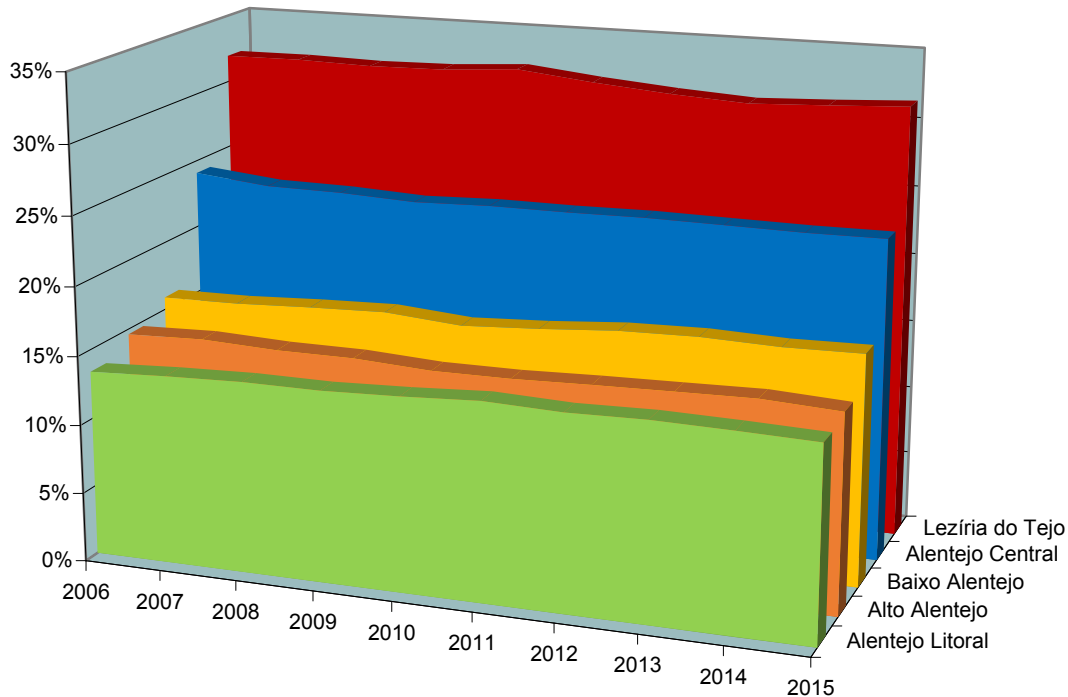


Contudo, ao nível da região Alentejo as quebras ainda são mais acentuadas que as verificadas a nível Nacional, uma vez que esta região viu reduzido o emprego em cerca de 14% em 10 anos, por

oposição à redução de 10% que se verificou na média Nacional.

No que respeita à variação intra-regional constata-se que todas a NUTS III perderam emprego, sendo essas perdas mais significativas, na Lezíria do Tejo e no Alentejo Central, com perdas de 17% e 16% respetivamente.

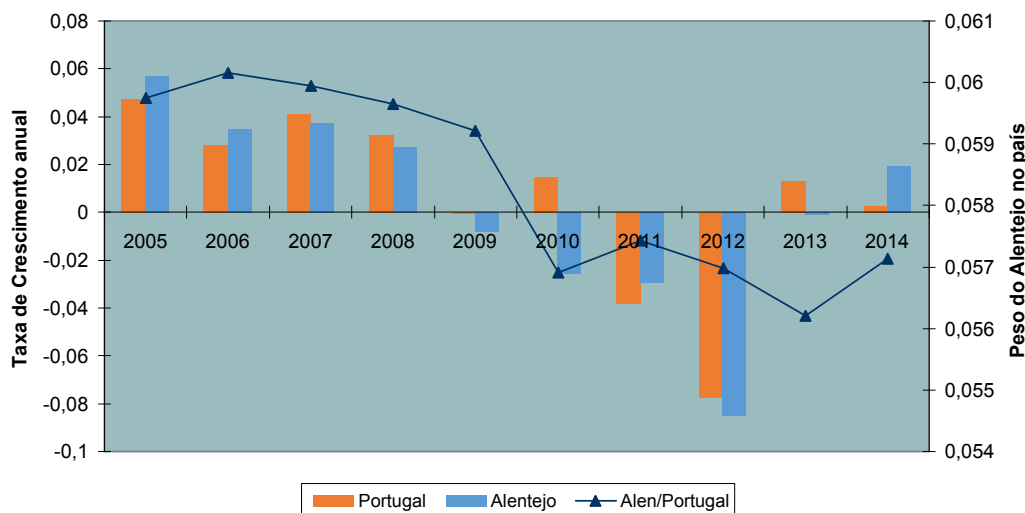
Gráfico 3.7 – Peso do emprego nas NUTS III do Alentejo



3.4 - REMUNERAÇÕES

No que respeita às remunerações deteta-se que sofreram variações de ano para ano, havendo um período de crescimento relativamente ao ano anterior entre 2005 e 2008, depois um período de sucessivos decréscimos entre 2009 e 2012, havendo novamente crescimento no seu valor a partir de 2013. De salientar que neste indicador em particular os valores da Região Alentejo acompanham as variações que se registam a nível Nacional.

Gráfico 3.8 – Variação anual das Remunerações e Peso do Alentejo no total



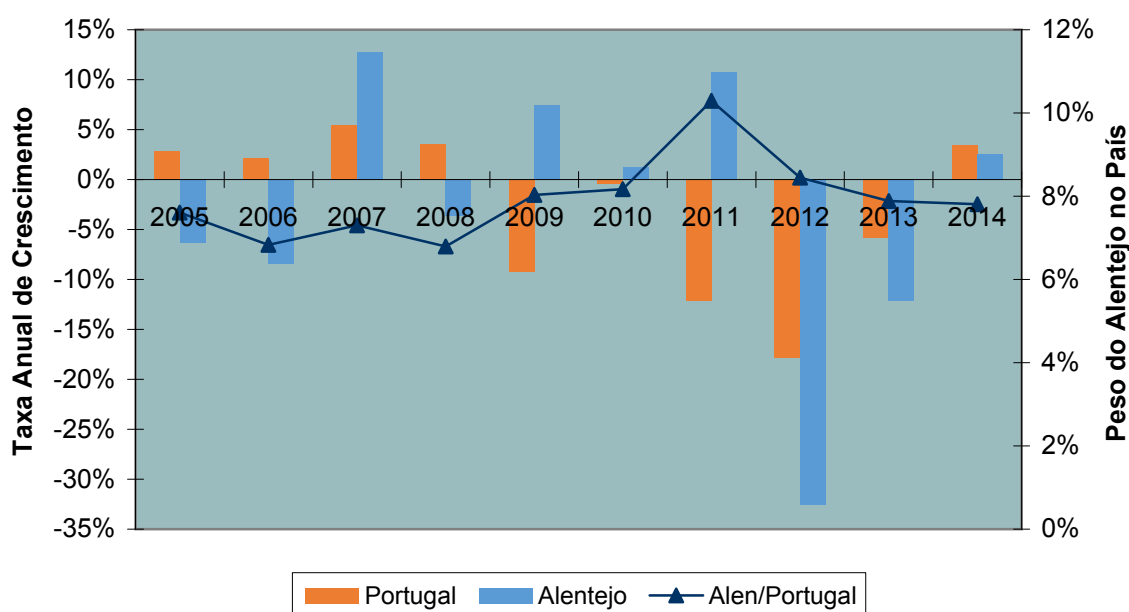
Relativamente ao peso das remunerações no Alentejo face ao País (eixo da direita), verifica-se que nesta região houve um decréscimo a partir de 2009, e as remunerações pagas na Região passaram de cerca de 6% para 5.7% do total Nacional.

3.5 - FORMAÇÃO BRUTA DE CAPITAL FIXO

A Formação Bruta de Capital fixo intimamente ligada ao investimento, ao longo deste período sofreu várias alterações, que se traduziram em termos concretos numa redução do seu valor relativamente ao ano de partida (2005) em cerca de 10,5 mil milhões de euros, que corresponde a um decréscimo de cerca de 30% do valor inicial. Destes, 0,85 mil milhões ocorreram no Alentejo, valor que se traduz num decréscimo de 27%. Os decréscimos mais acentuados verificaram-se a partir de 2009 e tiveram como resultado uma retração no investimento e consequentemente no PIB.

Em termos de peso relativo constata-se que a Região Alentejo, exceção feita a alguns anos, mantém valores próximos do 8% do total nacional neste indicador.

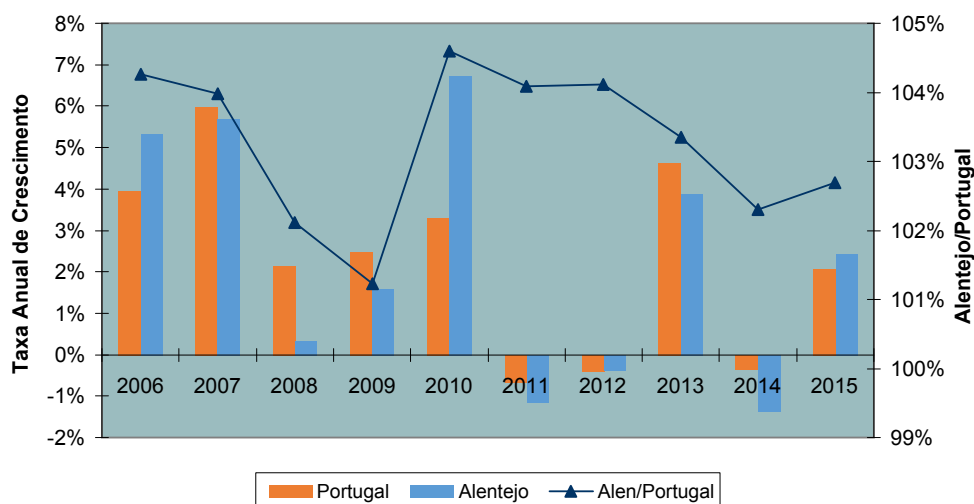
Gráfico 3.9 – Variação anual da FBCF e peso do Alentejo no total



3.6 - PRODUTIVIDADE APARENTE DO TRABALHO

À semelhança do que acontece com a maior parte dos indicadores a produtividade aparente do trabalho também sofreu alterações no seu crescimento ao longo do período em análise. E tal como os restantes também conheceu um período de contração entre 2011 e 2012 e também em 2014

Gráfico 3.10 – Variação anual da Produtividade



Os valores relativos à Região Alentejo acompanham as variações sofridas pelos valores globais.

De referir que a produtividade aparente do trabalho observada nesta região (Eixo da direita) tem mantido valores superiores em 2 a 3% relativamente aos observados para a média Nacional.

4 – OPERACIONALIZAÇÃO DO PORTUGAL 2020 NO ALENTEJO

Neste ponto vai ser traçada uma breve panorâmica acerca da situação dos projetos submetidos que envolvem a região Alentejo, seja por se desenvolverem na sua totalidade nesta região, seja por envolverem esta região conjuntamente com outras regiões do País.

A programação financeira definida para o PORTUGAL 2020, cuja aplicação se prolongará até 2022, aponta para uma utilização de Fundos Comunitários que ascendem a 25,8 mil milhões de euros essencialmente repartidos por PO's Temáticos (46,1%), PO's Regionais do Continente (30,1%) e PDR 2020 (15,7%). Deste montante o ALENTEJO 2020 tem um valor de Fundo Comunitário atribuído que ascende a cerca de 1083 milhões de euros, valor que corresponde 4,2% do total da Programação Financeira de Fundo Comunitário para o PORTUGAL 2020.

Quadro 4.1 – Programação financeira do PORTUGAL 2020

	Número de Operações	Elegível Aprovado	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	
PORTUGAL 2020	14.573	12.060	8.071	100,0
PO Temáticos	5.454	7.768	5.410	67,0%
PO Capital Humano	1.492	1.991	1.690	20,9%
PO Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020	2.573	3.849	2.097	26,0%
PO Inclusão Social e Emprego	861	1.036	907	11,2%
PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	528	892	717	8,9%
PO Regionais do Continente	7.328	3.256	1.978	24,5%
PO Alentejo 2020	917	376	250	3,1%

Fonte: ADC - Monitorização do Portugal 2020 - quadro por NUTS III

Em termos globais constata-se que desde o início deste Quadro Comunitário até ao final de 2016 foram aprovadas perto de 15 mil operações, que pressupõem a utilização de mais de 8 mil milhões de euros de Fundos Comunitários. De entre todos os PO's destaca-se o PO CI que por si só mobiliza mais de um quarto dos Fundos Comunitários aprovados ao abrigo do PORTUGAL 2020.

No que respeita à Região do Alentejo verifica-se que estão aprovadas 1262 operações as quais pressupõem um investimento elegível próximo dos 688 milhões de euros, o qual vai mobilizar mais de 460 milhões de euros de fundos comunitários.

Quadro 4.2 – Programação financeira do PORTUGAL 2020 na Região Alentejo

	Número de Operações	Elegível Aprovado	Fundo Comunitário	% Fundo Comunitário
		M euros	M euros	
PORTUGAL 2020	1.262	688	461	100,0%
PO Temáticos	394	431	287	62,1%
PO Capital Humano	84	57	48	10,4%
PO Competitividade e Internacionalização - COMPETE 2020	126	234	120	26,1%
PO Inclusão Social e Emprego	117	32	27	5,9%
PO Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos	67	108	91	19,8%
PO Alentejo 2020	848	249	170	37,0%

Fonte: ADC - Monitorização do Portugal 2020 - quadro por NUTS III

Em termos de relevância, o ALENTEJO 2020 com 37% do total de fundos comunitários comprometidos, destaca-se dos restantes, de entre os quais se evidencia o COMPETE 2020 com mais de 26% do total de fundos comunitários comprometidos.

4.1 - PROJETOS APROVADOS

Antes de se proceder à apresentação de valores respeitantes a operações aprovadas na região do Alentejo convém salientar que a informação fornecida pela ADC tem como base a localização do promotor das operações e não a sua incidência territorial.

De acordo com os dados analisados, no final de 2016 na região Alentejo encontravam-se aprovadas 1262 operações que pressupunham um investimento elegível próximo dos 690 milhões de euros e podem mobilizar mais de 460 milhões de euros de Fundos comunitários.

Quadro 4.3 – Operações Aprovadas na Região Alentejo por PO Financiador

Programas	N.º Operações	Elegível Aprovado	Fundo Aprovado	Elegível Validado	Fundo Validado	Pagamentos
	N.º	Mil €	Mil €	Mil €	Mil €	Mil €
PO CH	84	56.658,95	47.778,51	0,00	0,00	12.557,67
PO CI	126	234.040,73	120.350,30	6.900,98	4.318,87	7.240,42
PO ISE	117	31.850,06	27.216,65	0,00	0,00	4.898,74
PO SEUR	67	108.441,94	91.182,67	3.262,57	2.762,62	2.207,45
PO Alentejo	848	248.856,29	170.480,59	20.434,54	12.734,96	23.779,41
Outros PO ¹ Regionais	20	7.761,44	4.030,97	0,00	0,00	418,15
TOTAL	1262	687.609,41	461.039,70	30.598,08	19.816,45	51.101,84

Fonte: ADC - Monitorização do PORTUGAL 2020 - Quadro por NUTS III

No que respeita a execução os valores de Elegível validado, Fundo validado e Pagamentos estão subavaliados, uma vez que a metodologia adotada levou a que se optasse pela omissão dos valores respeitantes à despesa validada e aos pagamentos sempre que essa desagregação territorial implique menos de dois projetos associados por tipologia. Desta forma estimou-se uma subavaliação de cerca de 13% relativamente aos valores apresentados no quadro.

Quadro 4.4 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo no PDR2020

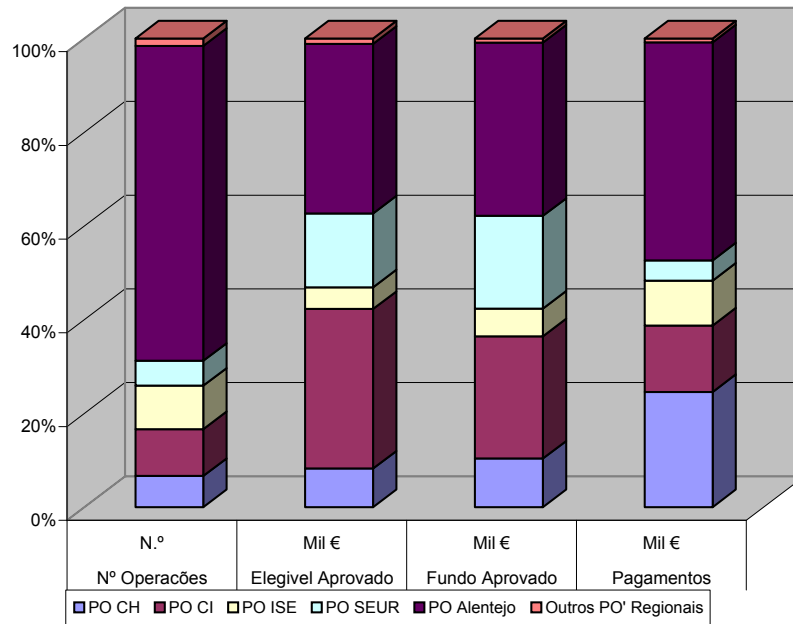
	Projetos Contratados			Total pago	
	N.º de Operações	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (Mil euros)	Desp. Pública (mil euros)	FEADER (Mil euros)
Alentejo	4.166	360.084,00	309.627,00	334.626,00	302.717,00
Total	18.556	1.085.826,34	929.710,34	1.005.931,34	919.793,34

Fonte: PDR2020 - Relatório Anual de Execução 2016

Além dos programas atrás referidos, também o Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020), tem ma peso relativo importante no que respeita a aplicação de fundos comunitários nesta região. Há que ter em consideração que este programa além de financiar projetos de investimento também é utilizado para fazer pagamentos diretos aos agricultores, nomeadamente nas denominadas medidas agro-ambientais. E conforme se pode observar existem nesta região mais de 4 mil projetos contratados e já foram mobilizados mais de 300 milhões de euros de fundos comunitários para apoiar a agricultura regional.

A nível dos restantes programas, tendo como base as variáveis analisadas constata-se que o ALENTEJO 2020 tem alguma primazia relativamente aos restantes em todas elas.

Gráfico 4.1 – Monitorização do PORTUGAL 2020 no Alentejo por Programa

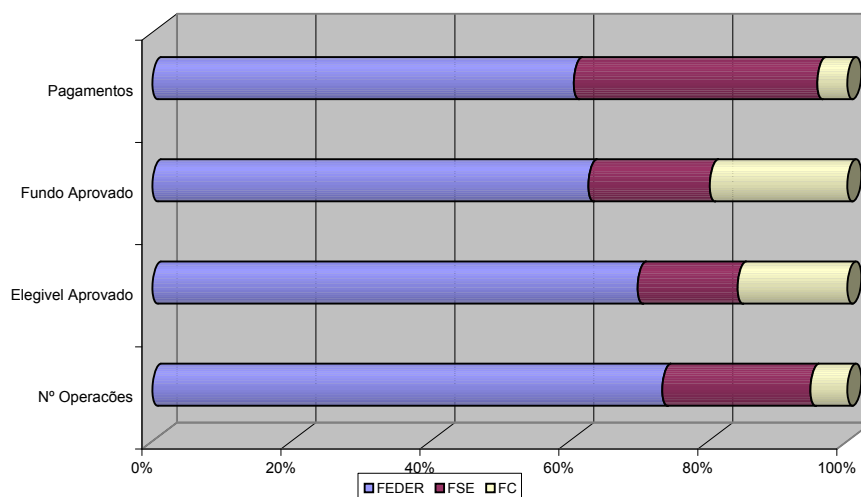


Além deste merecem alguma referência nesta região, pelos montantes de investimento elegível aprovado e fundo comunitário aprovado, o COMPETE 2020 e pelo nível de pagamentos efetuados o PO Capital Humano.

A nível de Fundos comunitários envolvidos merecem relevância quatro (FEDER, FSE, Fundo de Coesão e FEADER). A análise que se vai apresentar em seguida apenas se refere aos três primeiros que são os que constam da informação recolhida e disponibilizada pela ADC.

Contudo, não se deve deixar de referir que até ao final de 2016, tendo em atenção a génese do programa (PDR2020), que prevê pagamentos diretos e o facto de se encontrar em fase mais avançada de execução os valores contratados e sobretudo pagos, no âmbito do FEADER esmagariam os respeitantes aos restantes Fundos Comunitários e deixariam estes sem a desejada leitura.

Gráfico 4.2– Monitorização do PORTUGAL 2020 no Alentejo por Fundo Comunitário

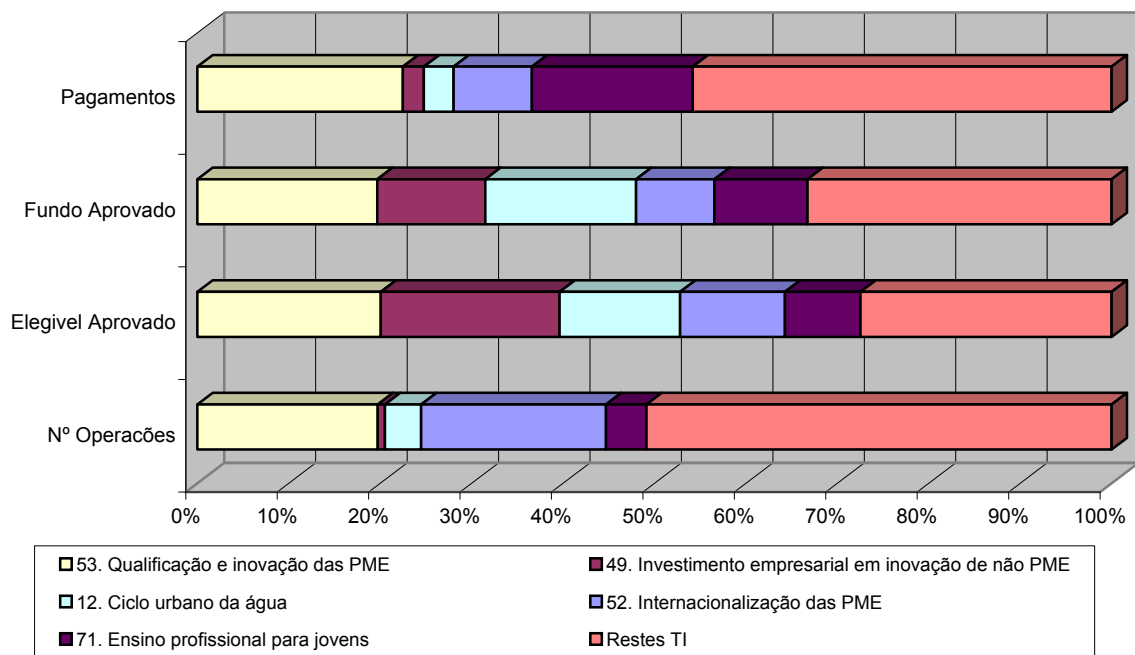


No que respeita aos fundos analisados verifica-se que o FEDER predomina com valores que superam os 60% em todas as variáveis. O Fundo de Coesão devido à dimensão financeira dos projetos, designadamente na TI 12 – Ciclo Urbano da Água, tem alguma relevância a nível de Elegível aprovado e Fundo aprovado. Em contrapartida, o FSE destaca-se apenas no N.º de operações e volume de pagamentos, fruto da génese do programa que concede adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

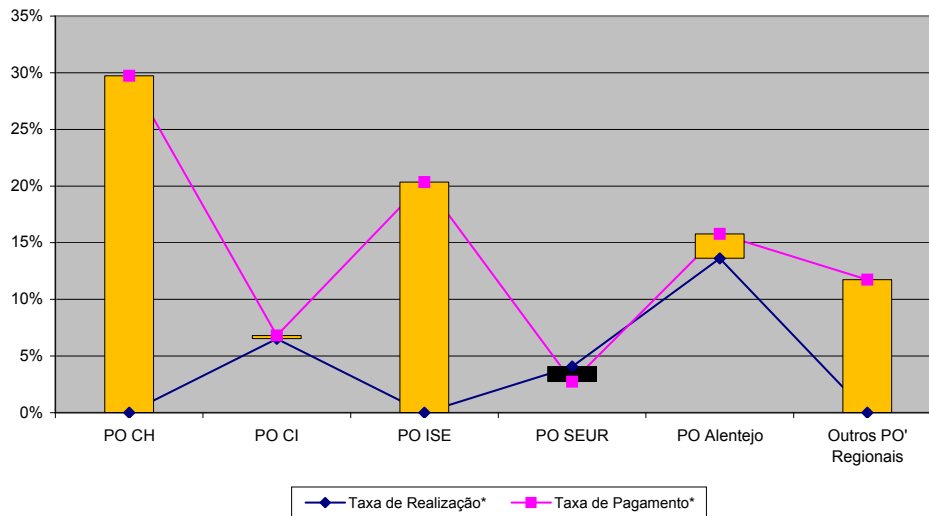
No que concerne às Tipologias de Intervenção mobilizadas no âmbito do PORTUGAL 2020 na região Alentejo, observa-se que o seu número ascende a 38, o que levantaria alguns problemas para as analisar uma a uma. Desta forma optou-se por apenas analisar as mais relevantes em termos dos montantes envolvidos.

Refira-se desde logo que as cinco tipologias mais representativas (12 – Ciclo urbano da água; 49 - Investimento empresarial em inovação de não PME; 52 - Internacionalização das PME; 53 - Qualificação e inovação das PME; e 71 -Ensino profissional para jovens) representam mais de 60% do elegível aprovado e do Fundo aprovado.

Gráfico 4.3 – Monitorização do PORTUGAL 2020 no Alentejo por Tipologia de Intervenção



De referir ainda que três (49; 52 e 53) destas cinco tipologias estão associadas ao reforço da competitividade e inovação e investigação ao nível das empresas, situando-se portanto no âmbito da Competitividade e Inovação.

Gráfico 4.4 – Indicadores de execução no Alentejo por Programa

* - Estimadas a partir dos valores disponibilizados

A este nível os valores obtidos foram estimados a partir dos valores existentes o que quer dizer que podem ter pequenas variações relativamente aos valores reais. Mas o que se pode observar é que todos os programas apresentam taxas de realização baixas e que na maioria as taxas de pagamento superam as taxas de realização, exceptuam-se o PO CI e o PO SEUR.

4.1.1 - SISTEMAS DE INCENTIVOS

Os sistemas de incentivos constituem um caso particular dentro dos programas financiadores que operam no Alentejo, pois estão intimamente ligados às medidas com maior volume de dotação de fundo no âmbito do Domínio Temático Competitividade e Internacionalização. Por estes motivos e pela qualidade da informação disponível vão ser alvo de uma análise individualizada. De salientar que estas medidas no Alentejo são transversais a dois programas ao COMPETE 2020 e também ao ALENTEJO 2020.

Quadro 4.5 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo nos SI por OT

(mil €)					
Obejetivo Temático	N.º Projetos	Investimento Total	Elegível Total	Incentivo Total	OP Pagas
OT 1	80	192.827,45	188.689,45	81.097,51	12.268,09
OT 3	625	306.359,02	262.859,65	159.069,90	45.313,44
Total	705	499.186,47	451.549,10	240.167,42	57.581,53

Fonte: SGO

No âmbito dos Sistemas de Incentivos estão aprovados para a região do Alentejo 705 projetos que poderão mobilizar mais de 240 milhões de euros de fundos comunitários. Dentro destes destaca-se o Obejetivo Temático 3 - Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas, que detêm cerca de 90% dos projetos, 61% do Investimento total, e 66% do Fundo Comunitário

aprovado. O Objetivo Temático 1 - Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação, apresenta valores mais modestos mas ainda assim com algum significado regional.

No que respeita às prioridades de investimento (PI) verifica-se que estas medidas mobilizam 4 PI (1.2; 3.1; 3.2; e 3.3)

Quadro 4.6 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo nos SI por PI

(mil €)

Prioridades de Investimento	N.º Projetos	Investimento Total	Elegível Total	Incentivo Total	OP Pagas
PI 1.2	80	192.827,45	188.689,45	81.097,51	12.268,09
PI 3.1	113	11.527,36	11.051,51	8.275,09	3.478,57
PI 3.2	258	84.275,94	73.358,99	33.931,63	9.336,17
PI 3.3	254	210.555,73	178.449,16	116.863,19	32.498,70
Total	705	499.186,47	451.549,10	240.167,42	57.581,53

Fonte: SGO

A nível do número de projetos aprovados destacam as PI 3.2 – “O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização” e 3.3 – “A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços;” que em conjunto detém cerca de 73% das candidaturas aprovadas. No que respeita a investimento o destaque vai para a PI 1.2 – “O reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu” que detém cerca de 40%, quer do investimento total, quer do investimento elegível. Já no que respeita a incentivo aprovado e pagamentos efetuados volta a destacar-se a PI 3.3.

Quanto às Tipologias de intervenção neste conjunto de medidas são mobilizadas 4 (47 - Atividades de I&D empresarial; 49 - Investimento empresarial em inovação de não PME; 52 - Internacionalização das PME; e 53 - Qualificação e inovação das PME). De entre todas elas a que assume menor expressão é a 47, com valores que representam menos de 10% em todas as variáveis analisadas. Relativamente às restantes 3 TI, assume particular relevância a TI 53, pois apresenta valores consideráveis em todas as variáveis e sempre superiores a 40%

Quadro 4.7 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo nos SI por TI

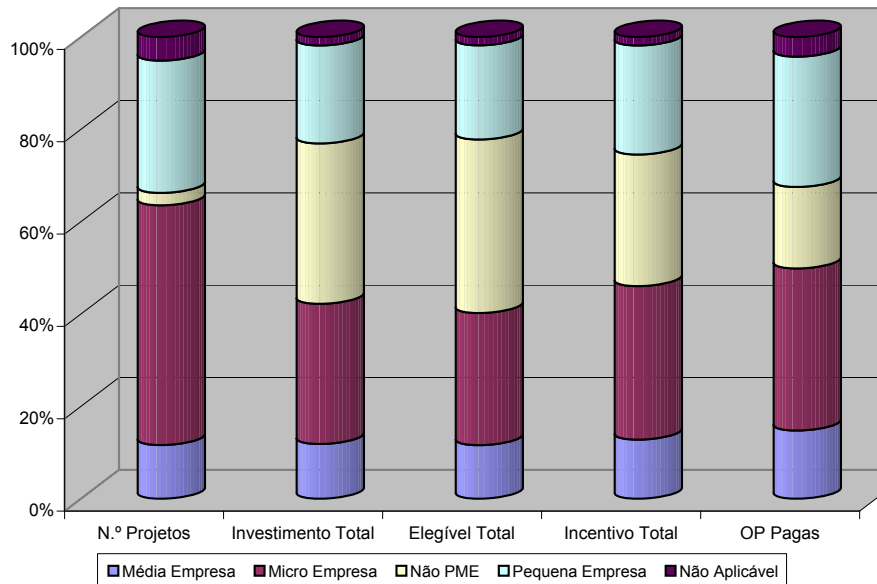
(mil €)

Tipologia de Intervenção	N.º Projetos	Investimento Total	Elegível Total	Incentivo Total	OP Pagas
TI 47	68	24.003,24	22.376,76	14.422,87	1.858,68
TI 49	125	180.351,57	177.364,20	74.949,74	2.080,49
TI 52	258	84.275,94	73.358,99	33.931,63	2.660,00
TI 53	254	210.555,73	178.449,16	116.863,19	5.530,35
Total	705	499.186,47	451.549,10	240.167,42	12.129,51

Fonte: SGO

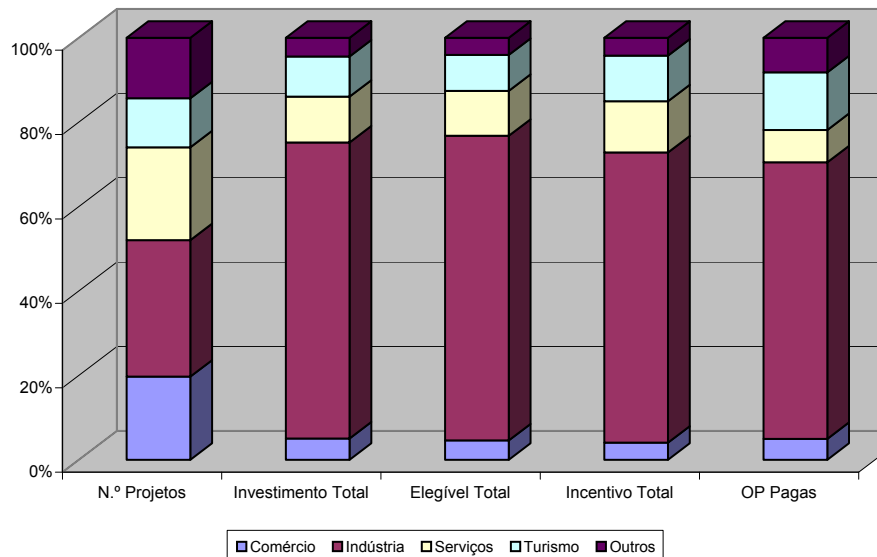
Esta distribuição das candidaturas aprovadas e dos valores de investimento e de fundo comunitário aprovado apontam claramente no sentido da Inovação, qualificação e internacionalização das PME.

**Gráfico 4.5 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo nos SI
por Dimensão de Empresa**



No que concerne a projetos aprovados tendo em conta a dimensão da empresa verifica-se que as pequenas e médias empresas se destacam das restantes, pois representam 80% do total de candidaturas aprovadas, 50% do investimento e 57% do fundo comunitário mobilizado para apoiar estas operações. Por sua vez, as Não PME são as que menos expressão têm ao nível das candidaturas, mas as que apresentam projetos de maior dimensão com valores de investimento que rondam os 30% do investimento total e elegível aprovado e que mobilizam no total mais de um quarto do fundo comunitário aprovado.

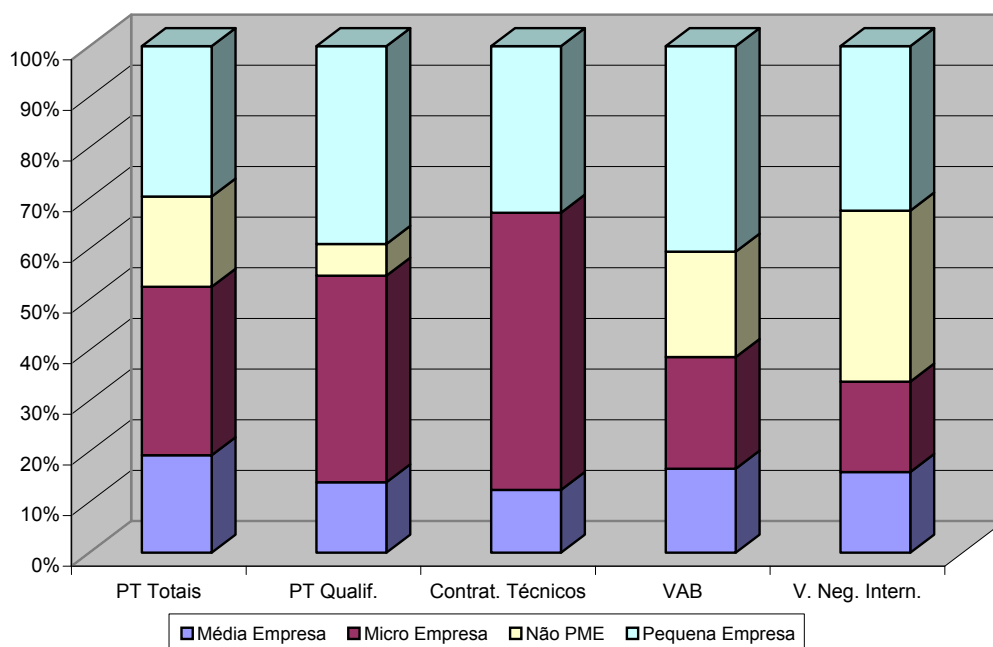
**Gráfico 4.6 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo nos SI
por Setor de Atividade**



Por sua vez no que respeita à distribuição dos projetos por setor de atividade, destaca-se dos demais a indústria, particularmente ao nível do investimento total e elegível e ao nível do fundo comunitário mobilizado para apoiar as candidaturas, tendo em todas estas variáveis valores próximos ou superiores a 70% dos valores totais aprovados.

No âmbito dos Sistemas de incentivos é possível obter alguns indicadores relativos aos possíveis impactos que a execução dos projetos possam ter na Região. Assim desta forma é possível calcular-se as previsões de aumento de postos de trabalho e de postos de trabalho qualificados, a contratação de técnicos e os aumentos previstos para o VAB e para o VVN Internacional. Nos gráficos seguintes vão ser apresentadas essas previsões de acordo com a dimensão da empresa e com o setor de atividade.

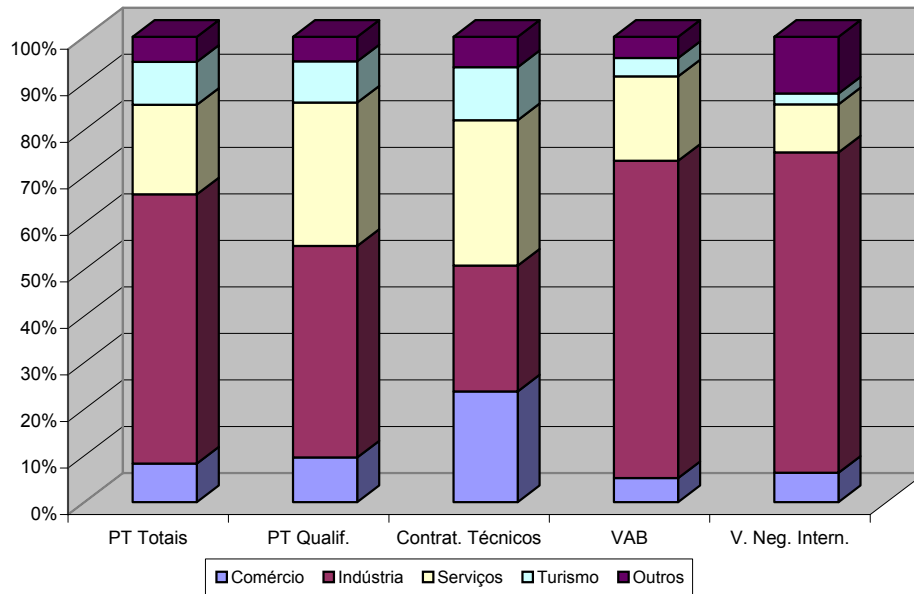
Gráfico 4.7 – Indicadores resultantes da utilização dos SI na Região Alentejo por Dimensão de Empresa



A este nível destacam-se as micro e pequenas empresas que prevêm a criação de mais de 2800 postos de trabalho totais, 63% do acréscimo previsto, destes mais de 1700 são Postos de Trabalho qualificados, correspondendo este valor a cerca de 80% do total de PT qualificados a criar. Ao nível da contratação de técnicos ainda é maior o peso das pequenas e micro empresas que têm previsto contratar 270 técnicos (87%). O mesmo se passa relativamente ao acréscimo de VAB onde 62% do acréscimo previsto se vai situar nas pequenas e micro empresas. Só no acréscimo do Volume de Vendas e Negócios Internacional é que as Não PME ao deterem mais de um terço do acréscimo previsto neste indicador levam primazia relativamente às restantes. Este resultado está de acordo com as perspetivas de exportação, pois são as grandes empresas que se encontram melhor preparadas para responder às exigências dos mercados externos.

No que respeita aos acréscimos esperados nos indicadores analisados por setor de atividade, a indústria destaca-se do demais em todos os indicadores com valores superiores a 57% no que respeita ao acréscimo de PT totais e superiores a 45% relativamente a PT qualificados. Só não assume relevância nas perspetivas de contratação de técnicos, na qual é superada pelo setor dos Serviços que prevê a contratação de perto de uma centena de técnicos, valor que representa um terço do total previsto.

Gráfico 4.8 – Indicadores resultantes da utilização dos SI na Região Alentejo por Setor de Atividade



Contudo quando se analisa o acréscimo de VAB e de VVN internacional previstos, uma vez mais o setor da Indústria assume a principal relevância com valores muito próximos de 70% do total de acréscimos previstos para estes indicadores.

4.2 FUNDOS POR DOMÍNIO TEMÁTICO

No PORTUGAL 2020 foram definidos 5 domínios temáticos: Competitividade e Internacionalização; Capital Humano, Inclusão Social e Emprego, Sustentabilidade dos Recursos e Desenvolvimento Rural.

Nesta fase de execução destaca-se muito dos restantes o domínio relativo ao Desenvolvimento Rural fruto de uma execução mais avançada assumida pelo PDR 2020, que para além de candidaturas ao investimento também apresenta um conjunto de medidas que se destinam a financiar as Medidas Agro-ambientais, as quais na maior parte dos casos apenas registam pagamentos. Por estes motivos este domínio representa mais de 40% da mobilização de fundos comunitários aprovados para esta região e cerca de 90% dos pagamentos efetuados.

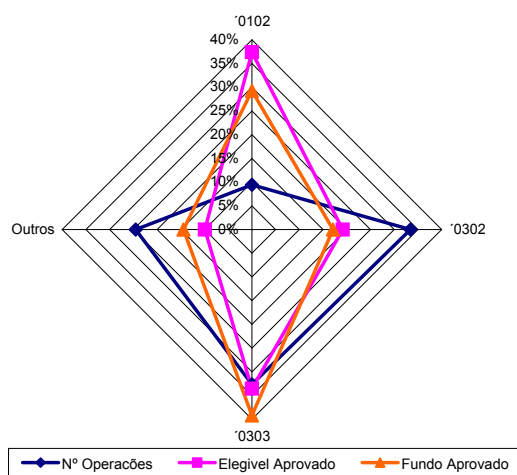
Quadro 4.8 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo por Domínio Temático

Mil euros						
	Nº Operações	Elegível Aprovado	Fundo Aprovado	Elegível Validado	Fundo Validado	Pagamentos
Competitividade e Internacio	763	411.621,14	231.312,99	27.335,52	17.053,83	27.556,03
Inclusão Social e Emprego	188	49.786,99	40.657,02	0,00	0,00	4.936,97
Capital Humano	117	72.582,49	59.021,36	0,00	0,00	13.265,16
Sustentabilidade dos recurso	188	148.444,85	124.986,49	3.262,57	2.762,62	5.343,68
Desenvolvimento Rural	4166	360.084,00	309.627,00	334.626,00	302.717,00	302.717,00

Fonte: ADC - Monitorização do Portugal 2020 e PDR2020 - Relatório Anual de execução 2016

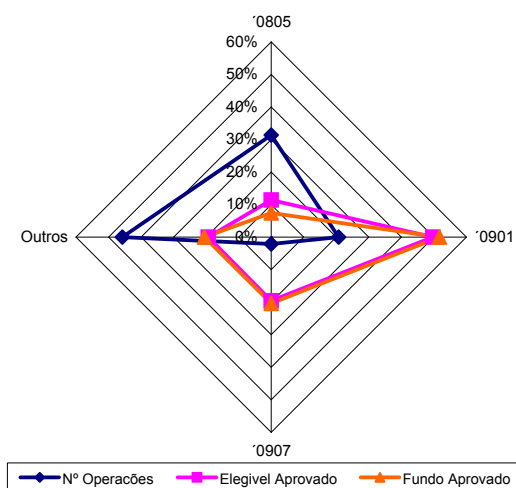
Quanto aos restantes domínios Temáticos mais ligados à execução dos restantes Programas Operacionais, destaca-se o domínio da Competitividade e Internacionalização, que é o que apresenta um maior volume de investimento elegível aprovado, cerca de 40% do total e também um volume considerável de Fundos comunitários aprovados (30%).

**Gráfico 4.9 – Operações Aprovadas por OT_Pi na Região Alentejo
no domínio da Competitividade e Internacionalização**



A este nível destacam-se as OT_Pi 0102 e 0303, ou seja, os Objetivos temáticos 1 e 3 e as PI 1.2 e 3.3 que em termos concretos, em conjunto, detêm perto de 70% do investimento elegível aprovado e do Fundo Comunitário mobilizado para o apoiar.

**Gráfico 4.10 – Operações Aprovadas por OT_Pi na Região Alentejo
no domínio da Inclusão Social e Emprego**



Aqui o destaque vai para o Objetivo Temático 9 - Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação, e para a TI 9.1 - Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade; portanto para medidas relacionadas com a empregabilidade que representam 50% do investimento elegível e do Fundo Comunitário aprovado.

No que respeita ao domínio do Capital Humano destaca-se a OT_PI 1004, ou seja o Objetivo Temático 10 – “Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida” e a PI 10.4 – “Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem;” no fundo destinado a apoiar medidas que promovem a formação profissional. Esta OT_PI representa cerca de 80% do investimento elegível e do fundo Comunitário aprovados no âmbito deste domínio temático.

Gráfico 4.11 – Operações Aprovadas por OT_PI na Região Alentejo no domínio do Capital Humano

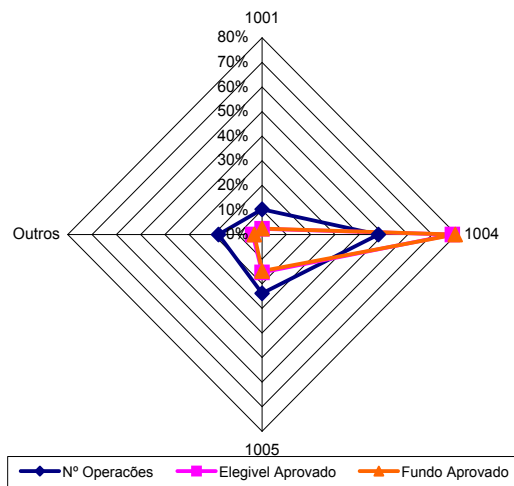
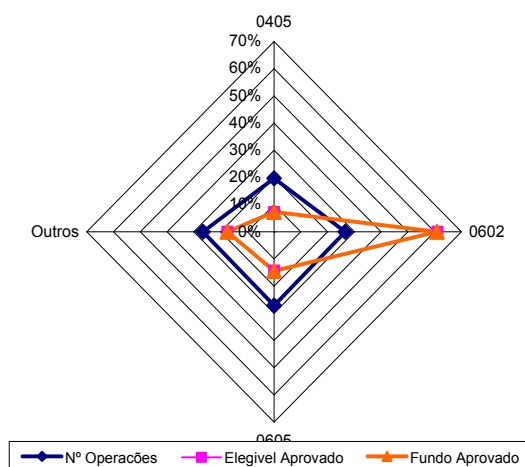


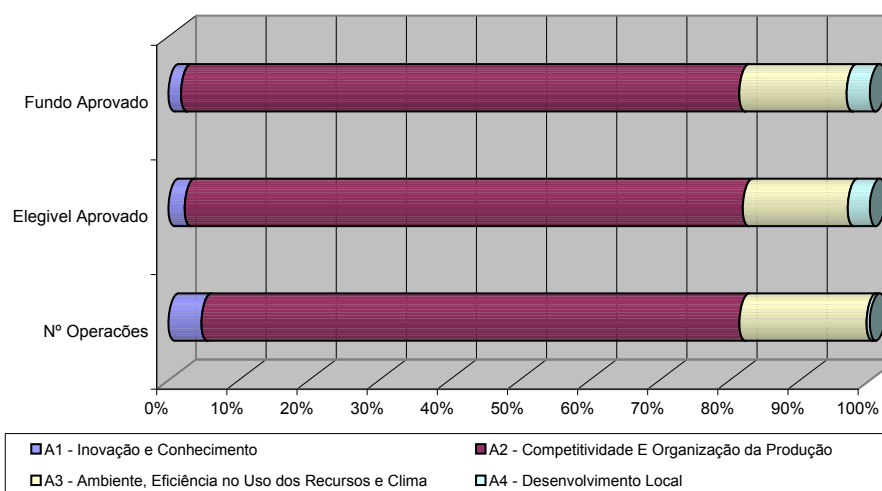
Gráfico 4.12 – Operações Aprovadas por OT_PI na Região Alentejo no domínio da Sustentabilidade dos Recursos



No domínio temático Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos destaca-se das demais a OT_PI 6002, ou seja o Objetivo Temático 6 – “Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética” e a PI 6.2 – “Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos

Estados-Membros que vão além desses requisitos” no fundo destinado a apoiar medidas que promovem intervenções ao nível do ciclo da água no sentido, designadamente na construção de ETAR e na melhoria da qualidade de abastecimento de água. Esta OT_PI representa mais de 60% do investimento elegível e do fundo Comunitário aprovados no âmbito deste domínio temático.

Gráfico 4.13 – Operações Aprovadas por Áreas Temáticas na Região Alentejo no domínio do Desenvolvimento Rural



Quanto às medidas destinadas a apoiar o Desenvolvimento Rural, de momento apenas as que dizem respeito ao PDR2020, destacam-se das demais as medidas relacionadas com a Competitividade e Organização da Produção, entre as quais se encontram as medidas destinadas a financiar o investimento na agricultura, na floresta, no regadio, na transformação e comercialização; na organização da produção; e na gestão do risco e no restabelecimento do potencial produtivo. Este eixo detém cerca de 80% das operações aprovadas, bem como do investimento elegível aprovado e do FEADER aprovado para apoiar as operações de investimento.

4.3 - TERRITORIALIZAÇÃO DOS FUNDOS

Este ponto tem como objetivo proceder a uma apresentação que visa fundamentalmente mostrar a forma como estão a ser distribuídos e aplicados os fundos comunitários no território alentejano.

Quadro 4.9 – Operações Aprovadas e pagamentos na Região Alentejo por NUTS III

Mil euros				
NUTS III	Nº Operações	Fundo Aprovado	Fundo Validado	Pagamentos
Alentejo Central	346	146.714	5.364	18.491
Alentejo Litoral	127	40.531	2.405	6.350
Alto Alentejo	187	48.700	2.325	7.825
Baixo Alentejo	258	111.125	3.124	9.572
Lezíria do Tejo	344	113.970	7.650	17.051

Fonte: ADC - Monitorização do Portugal 2020

Em termos de distribuição de operações e investimento pelo território alentejano, pode observar-se que há dois grupos distintos no que respeita a dinâmicas de utilização de fundos, um mais dinâmico composto pelas NUTS III, Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo que conjuntamente detêm mais de 75% das operações aprovadas e 80% dos fundos comunitários aprovados para apoiar as operações; e o outro composto pelo Alentejo Litoral e Alto Alentejo.

No que respeita à atuação dos fundos comunitários por NUTS III, lamentavelmente não se dispõe de informação desagregada a este nível por parte do FEADER, pelo que a análise se vai ficar pelos 3 fundos comunitários, relativamente aos quais há informação disponível por NUTS III (FEADER, FSE e Fundo de Coesão).

No caso do FEDER destaca-se claramente das restantes NUTS III O Alentejo Central que por si só é responsável por 44% do FEDER mobilizado para apoiar operações de investimento na região Alentejo.

Gráfico 4.14 – FEDER aprovado por NUTS III

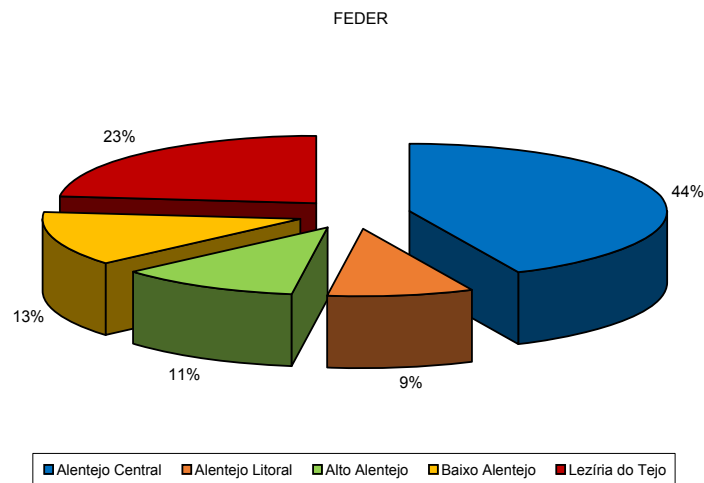
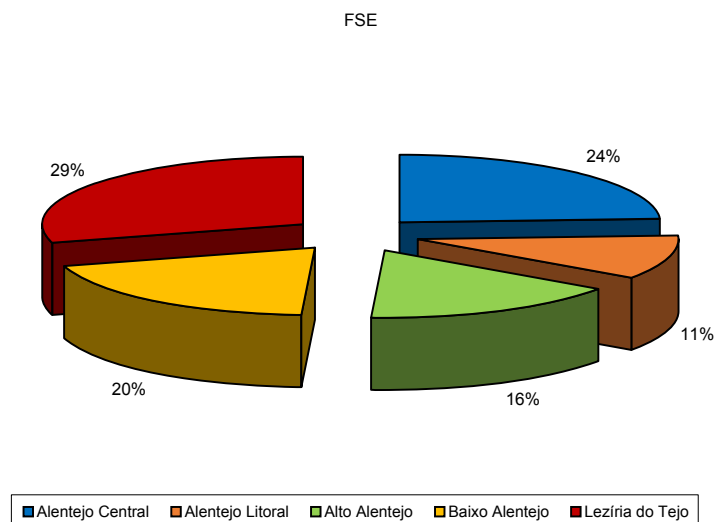


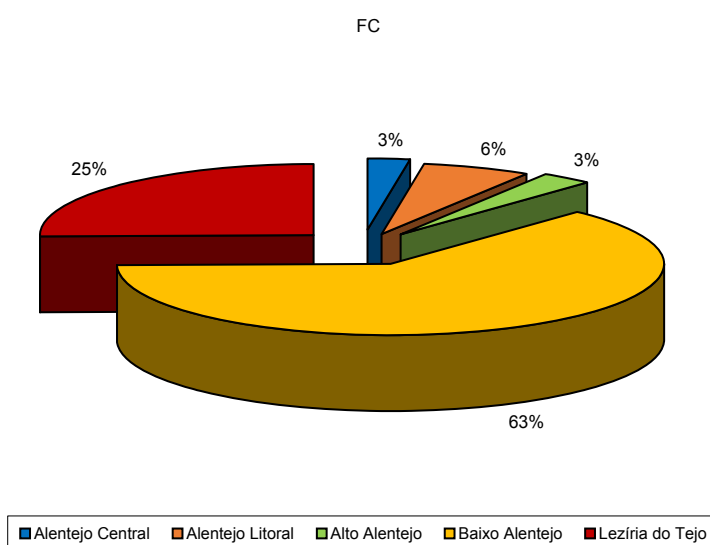
Gráfico 4.15 – FSE aprovado por NUTS III



A distribuição que se observa ao nível do FSE é muito mais equitativa entre as várias NUTS III do Alentejo, estando o FSE aprovado compreendido entre 11% no Alentejo Litoral e 29% na Lezíria do Tejo.

Já no que respeita ao Fundo de Coesão o Baixo Alentejo destaca-se das restantes NUTS III, ao mobilizar cerca de 63% do fundo para apoiar os projetos de investimento no âmbito do ciclo urbano da água, que se destinam a melhorar o fornecimento e a qualidade da água.

Gráfico 4.16 – Fundo de Coesão aprovado por NUTS III

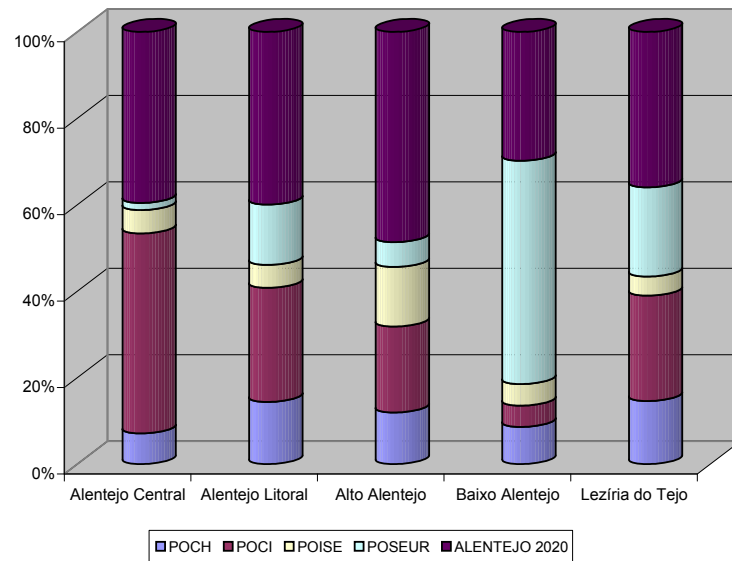


Tendo em atenção os fundos aprovados por NUTS III e quais as proporções dos programas financiadores que operam em cada delas, verifica-se que no Alentejo Central assumem particular relevância o PO CI, sobretudo devido aos projetos aprovados no âmbito da indústria aeronáutica (Embraer e Mecachrome) e o ALENTEJO 2020, que em conjunto financiam cerca de 125 milhões de euros, que correspondem a 80% dos fundos aprovados nesta NUTS III.

Por sua vez no Alentejo Litoral constata-se que o ALENTEJO 2020 é o principal financiador com mais de 16 milhões de euros que correspondem a cerca de 40% dos fundos aprovados nesta NUTS III, seguido pelo PO CI com valores que se aproximam dos 11 milhões de euros, ou seja cerca de 20% do total e fundos aprovados.

Já no Alto Alentejo o destaque vai todo para o ALENTEJO 2020 que, com perto de 24 milhões de euros de fundos aprovados, representa quase metade do financiamento aprovado para esta região.

O Baixo Alentejo apresenta uma situação distinta de todas as restantes, pois nesta sub-região o principal programa financiador é o PO SEUR, que é o responsável por cerca de 52% dos fundos aprovados nesta NUTS III, este destaque deve-se a projetos como a Construção da ETAR de Beja e a projetos relacionados com Melhoria da Qualidade de Abastecimento de Água em vários sub-sistemas daquela NUTS. Além deste destaca-se também o ALENTEJO 2020 com valores aprovados de fundo superiores a 30 milhões de euros.

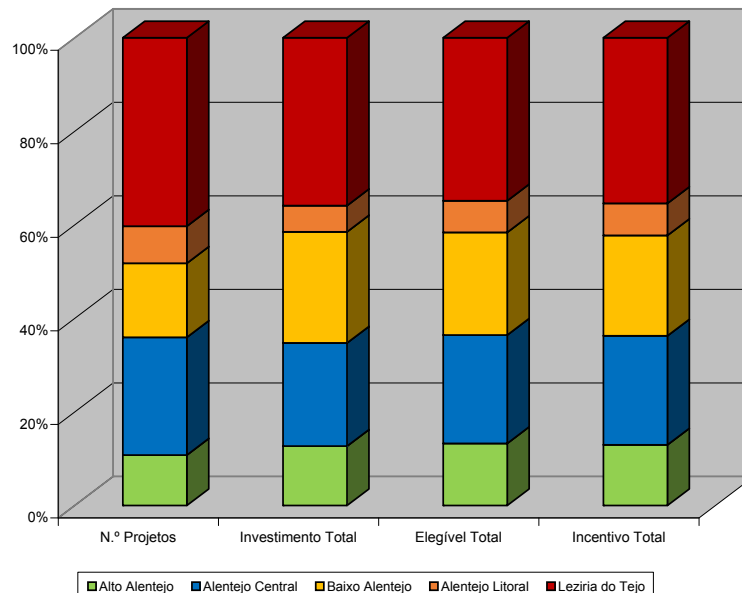
Gráfico 4.17 – Fundo Aprovado por NUTS III e PO financiador

Por fim na Lezíria do Tejo assumem particular relevância o POCI com mais de 27 milhões de fundo aprovado, devido alguns projetos das TI's 47, 49, 52 e 53 nos domínios do agro-alimentar e das indústrias do calçado e peles; e o ALENTEJO 2020 com mais de 40 milhões, que em conjunto representam cerca de 60% do total de fundos aprovados nesta NUTS III.

4.3.1 - SISTEMAS DE INCENTIVOS POR NUTS III

Neste ponto vai fazer-se uma análise muito particular aos sistemas de incentivos e à sua implementação na região por NUTS III, uma vez que a informação disponível permite chegar a análises mais finas, permitindo que se identifiquem os setores mais relevantes em cada uma das NUTS III e também avaliar alguns impactos possíveis, resultantes da execução das operações aprovadas.

No que respeita ao setor do comércio constata-se que ao nível das operações, do investimento e do fundo comunitário aprovados assume maior destaque a NUTS III Lezíria do Tejo na qual estas variáveis apresentam valores que as situam entre os 35% e os 40% dos valores totais aprovados para a Região do Alentejo.

Gráfico 4.18 – Operações aprovadas por NUTS III no setor do Comércio

No âmbito do setor da indústria, ao nível das operações aprovadas a Lezíria do Tejo destaca-se, pois apresenta mais de 40% do total de operações aprovadas na Região. Já no que respeita a investimento e fundo comunitário aprovados, o destaque vai para a NUTS III Alentejo Central que detém mais de metade dos valores aprovados para o Alentejo e esta é também a região onde se encontram as operações com maior volume de investimento e incentivo associados, designadamente no âmbito da indústria aeronáutica.

Gráfico 4.19 – Operações aprovadas por NUTS III no setor da Indústria

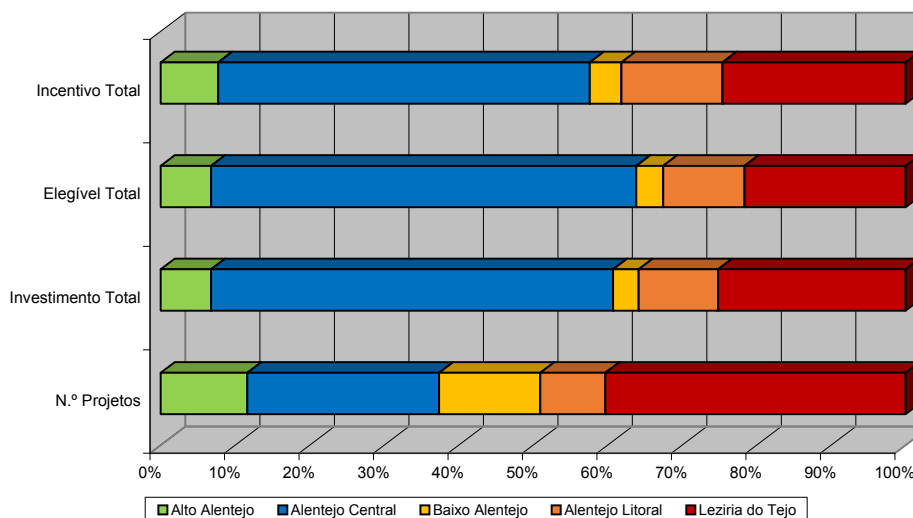
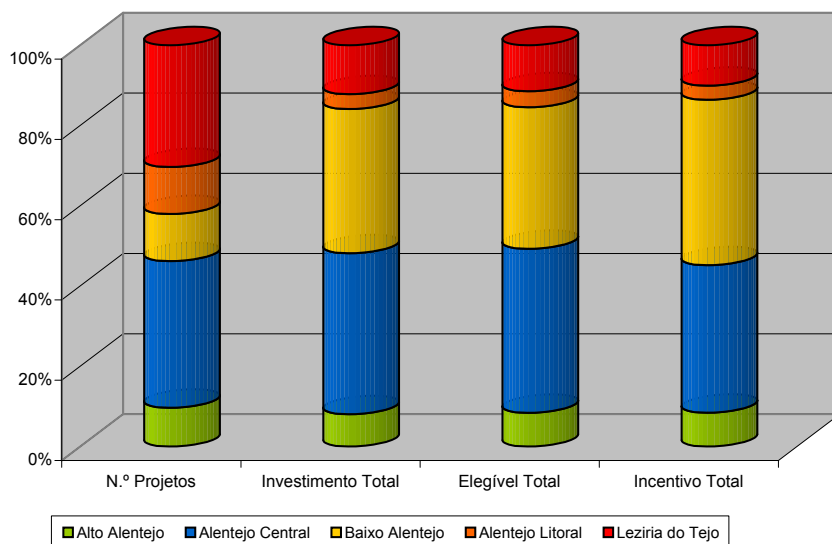


Gráfico 4.20 – Operações aprovadas por NUTS III no setor dos Serviços

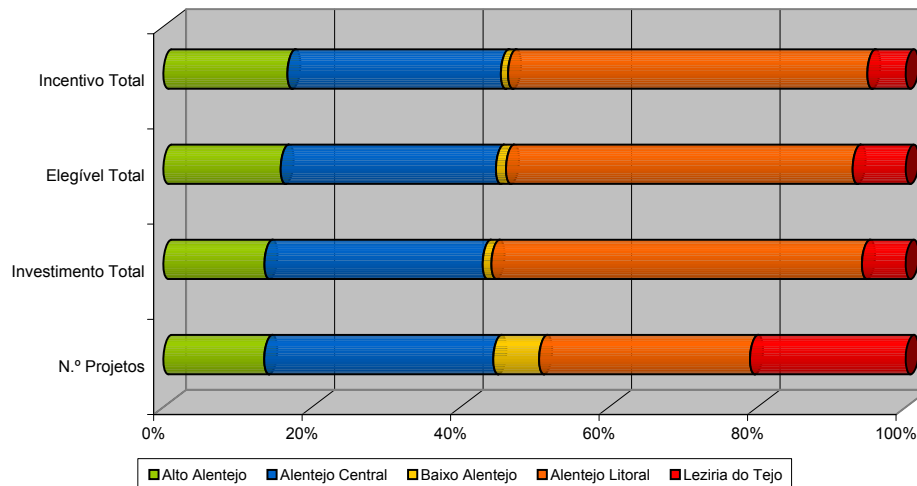


Por sua vez no que respeita ao setor dos Serviços em termos de operações aprovadas destacam-se das restantes a Lezíria do Tejo e o Alentejo Central que conjuntamente detêm mais de 67% do total de operações aprovadas. Contudo ao nível do investimento total e elegível e do incentivo aprovado, destacam-se o Alentejo Central e o Baixo Alentejo que congregam mais de três quartos dos montantes totais aprovados nesta Região.

O setor do turismo, tal como seria de esperar, assume maior destaque nas NUTS III onde tem maior afirmação, casos do Alentejo Litoral devido á extensa costa atlântica e à existência de praias

com muita procura turística e do Alentejo Central onde Évora concentra as atenções de grande parte dos turistas que nos visitam. Desta forma verifica-se que as duas NUTS III citadas concentram 60% das operações aprovadas e entre 75% a 80% do volume de investimento e do incentivo comunitário aprovado para o apoiar.

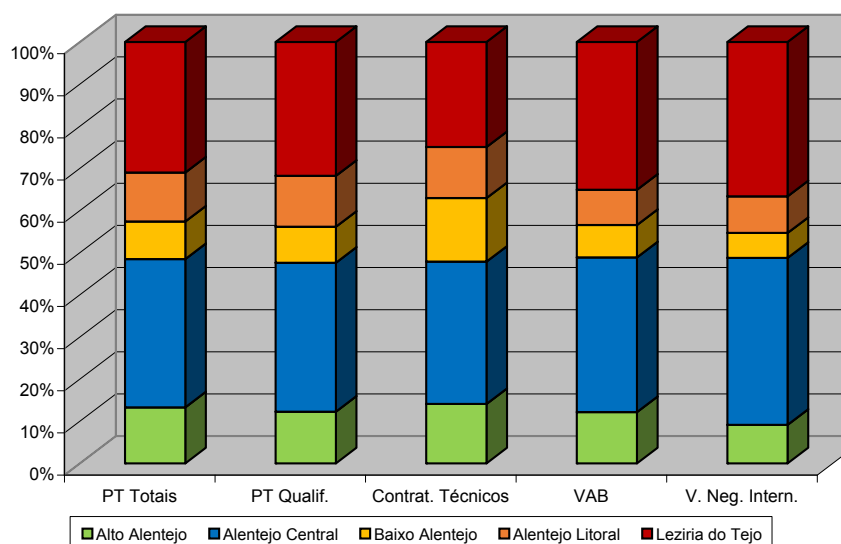
Gráfico 4.21 – Operações aprovadas por NUTS III no setor do Turismo



Além destes a informação disponível permite calcular alguns indicadores relativos aos possíveis impactos que a execução dos projetos possam ter na Região. Assim desta forma é possível calcular-se as previsões de aumento de postos de trabalho e de postos de trabalho qualificados, a contratação de técnicos e os aumentos previstos para o VAB e para o VVN Internacional.

No que respeita à previsão de aumento de Postos de Trabalho totais o destaque vai para as NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo que, em conjunto, concentram dois terços das perspetivas de criação de PT nas Região. Esta tendência mantém-se ao nível da criação de PT qualificados e na previsão de contratação de técnicos. Ao nível dos restantes indicadores acréscimo de VAB e de VVN internacional, ainda se torna mais acentuada a influência destas duas NUTS III, que passam a representar mais de 70% do acréscimo previsto para o VAB das Empresas e mais de 75% do acréscimo esperado ao nível das exportações (VVN internacional).

Gráfico 4.22 – Indicadores resultantes da utilização dos SI na Região Alentejo por NUTS III

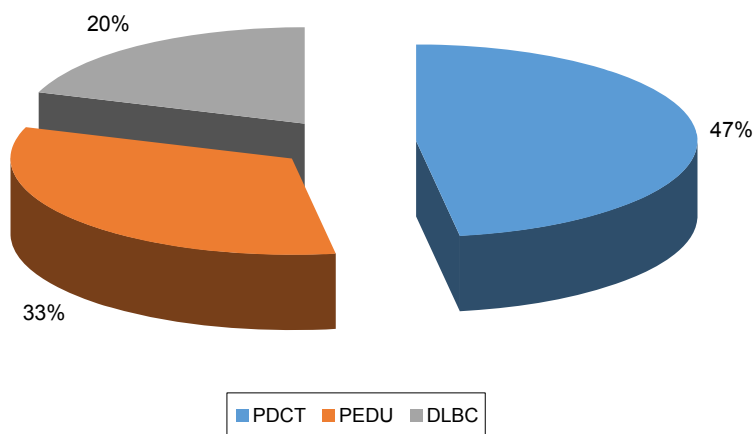


4.4 - ABORDAGENS INTEGRADAS DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL NO ALENTEJO

A este nível será feita uma análise por Estratégia Integrada de Desenvolvimento Regional com referência aos principais instrumentos territoriais, designadamente PDCT, PEDU e DLBC. Em termos das variáveis a analisar irão ser apresentados dados relativos a operações contratadas, investimento elegível, Fundo Comunitário contratado. Dado que no final de 2016, a implementação destas estratégias ainda se encontrava numa fase inicial de execução e como tal não apresentavam valores significativos a este nível, optou-se por não fazer cálculo de taxas que implicassem valores pagos ou validados.

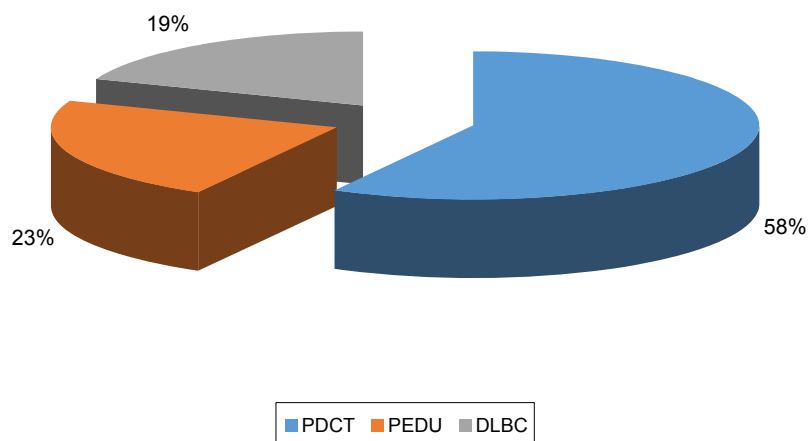
No que respeita aos valores de fundos comunitários programados para apoiar estas estratégias, os PDCT destacam-se das restantes ao terem previsto 44% do total de fundos comunitários envolvidos nos instrumentos territoriais analisados.

Gráfico 4.23 – Programação Financeira por ITI



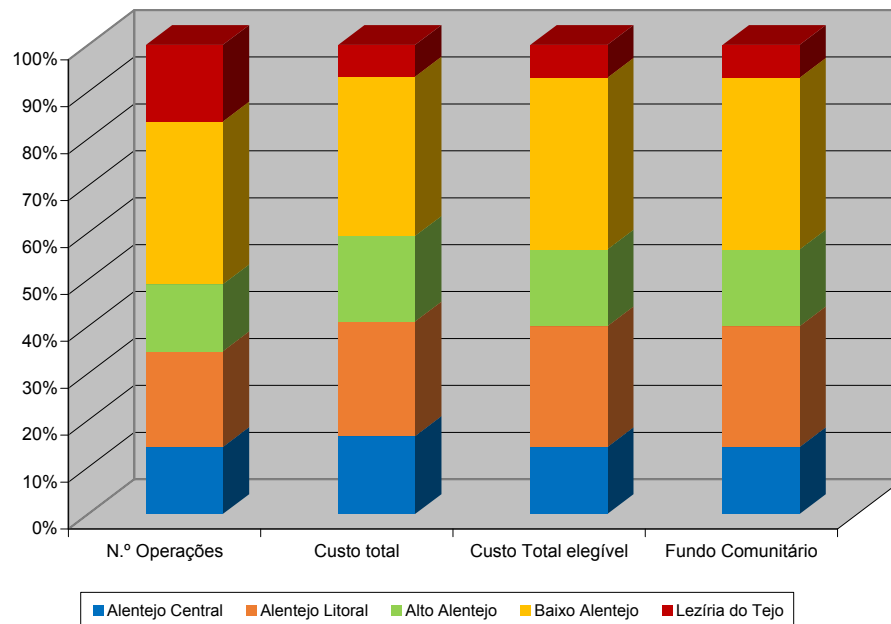
Em termos de aprovações de fundo comunitário o cenário que se depara é idêntico uma vez mais com o PDCT a destacar-se dos restantes com uma taxa que ascende a 58% do total de fundos aprovados para apoiar as ITI. Contudo e apesar deste destaque estas estratégias apresentam uma taxa de compromisso (Fundo aprovado/Fundo programado) de 12 %.

Gráfico 4.24 – Fundo Comunitário aprovado por ITI



Uma vez que se estão a abordar estratégias territoriais faz sentido que se analisem as mesmas numa escala mais fina, no caso ao nível da NUTS III. Face ao atraso verificado na abertura de concursos por parte dos GAL, no final de 2016 ainda não havia um volume significativo de candidaturas decididas para que se pudesse fazer uma análise coerente às DLBC. Por este motivo apenas se vão apresentar dados territorializados das PDCT e dos PDU.

Gráfico 4.25 – Operações aprovadas por NUTS III por PDCT



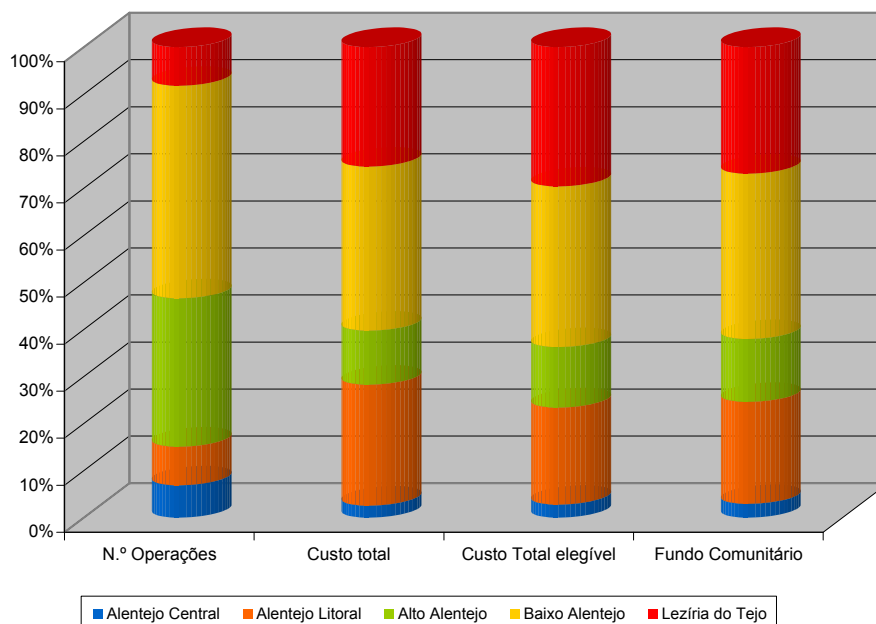
Neste instrumento territorial e na fase a que se reporta, a análise, assume particular destaque a NUTS III Baixo Alentejo, que apresenta 44% das operações aprovadas e valores de investimento e mobilização de fundo comunitário que andam próximos dos 35% do total aprovado para este instrumento no Alentejo.

Refira-se que os maiores valores de programação para este IT estão definidos para a Lezíria do Tejo (27%) e para o Alentejo Central (22%), e que, apesar da diferença que se observa, a NUTS III Baixo Alentejo apresenta uma taxa de compromisso de 23%, na qual é seguida pelo Alentejo Litoral com 18% de taxa de compromisso. No pólo oposto encontra-se o Alentejo Central que à data de análise apresentava uma taxa de compromisso de 2%.

No que respeita aos PEDU, dos 26 aprovados na região Alentejo que globalmente apresentavam uma taxa de compromisso de 11%, o maior destaque vai para o PEDU de Aljustrel que já tem valores de taxa de compromisso na ordem dos 48%. À data de análise ainda havia 2 PEDU sem qualquer operação aprovada.

Na análise efetuada a este instrumento territorial por NUTS III e na fase a que ela se reporta a análise assume particular destaque, uma vez mais, o Baixo Alentejo que apresenta 35% das operações aprovadas e valores de investimento e mobilização de fundo comunitário que andam próximos dos 35% do total aprovado para este instrumento no Alentejo.

Gráfico 4.26 – Operações aprovadas por NUTS III no âmbito do PEDU



5 – INDICADORES DE CONTEXTO E CONTRIBUTOS PARA O PNR

5.1 - INFORMAÇÃO ESTATÍSTICA

Neste caso optou-se por recorrer a informação de carácter oficial que é produzida dentro de um limite de tempo razoável para poder ser contrastada com a realização do investimento, recorrendo-se para isso, à informação produzida pelo INE relativa ao Sistema de Indicadores do PORTUGAL 2020 de modo a que haja uma breve resenha da evolução dos indicadores de contexto e de realização antes do início da aplicação do PORTUGAL 2020 (2013, para poder fazer uma análise de tendência com alguma distância temporal) com dados disponíveis, os mais recentes, relativamente a alguns indicadores, relativos ao território, à economia e às pessoas. Procurando também fazer uma avaliação do contributo da aplicação dos Fundos Comunitários nesta região para o Programa Nacional de Reformas.

A este respeito e de acordo com o Programa Nacional de Reformas, atualizado em abril de 2017, continua também em destaque, uma vez mais, o efeito das diversas reformas na prossecução das metas definidas no âmbito da Estratégia Europa2020, encontrando-se ainda em desenvolvimento uma bateria de indicadores de monitorização e impacte para cada um dos Pilares do Programa Nacional de Reformas, que permitirá ir aferindo da sua evolução no médio prazo. Por este motivo, não se vão extrapolar contributos da Região para o PNR, pois não há ainda uma certeza absoluta relativamente aos indicadores que vão ser utilizados para monitorizar.

Os indicadores de contexto que foram considerados mais pertinentes e para os quais existe informação vão ser apresentados por domínio temático.

Domínio Temático – Competitividade e Internacionalização

Para a maior parte dos indicadores o tempo de observação relativamente ao ponto de partida (2013) ainda é muito reduzido para que se possam tirar ilações fortes acerca da tendência registada. Contudo não se pode deixar de sublinhar a tendência crescente que se nota a nível dos

indicadores relacionados com alta tecnologia, quer seja a nível das exportações, quer seja a nível do valor acrescentado bruto.

Quadro 5.1 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Competitividade e Especialização

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Proporção de exportações de bens de alta tecnologia (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	%	2013	2,66	2016	2,7
Índice sintético de desenvolvimento regional (Competitividade) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	N.º	2013	89,93	2015	89,3
Pessoal ao serviço (N.º) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)	N.º	2013	189.376	2015	189.421
Valor acrescentado bruto (€) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Subclasse - CAE Rev. 3)	Milhões Euros	2013	3.022	2015	3.570
Valor acrescentado bruto das indústrias de alta e média-alta tecnologia (CAE Rev. 3 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Milhões Euros	2013	123	2014	180
Valor acrescentado bruto dos serviços intensivos em conhecimento de alta tecnologia (CAE Rev. 3 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Milhões Euros	2013	26.141	2014	35.184
Exportações (€) de bens por Localização geográfica, Tipo de comércio e Tipo de bens (Nomenclatura combinada - NC2)	Milhões Euros	2013	2.859	2016	2.956
Taxa líquida de ocupação cama (%) nos estabelecimentos hoteleiros por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Tipo (estabelecimento hoteleiro)	%	2014	26,5	2015	26,6

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Quadro 5.2 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio I&D e Inovação

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Proporção da despesa em investigação e desenvolvimento (I&D) no PIB (%) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Sector de execução	%	2013	0,46	2014	0,47
Despesa em inovação das empresas com 10 e mais pessoas ao serviço (CAE Rev. 3, B a H, J, K, M e Q) (2010 - €) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Mil Euros	10-12	53.096	12-14	65.161

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

A nível das despesas relacionadas com a Inovação apesar do período de observação ser muito curto, a tendência manifestada é ligeiramente positiva, uma vez que se registam pequenos aumentos.

Quadro 5.3 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio TIC

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Proporção de agregados domésticos privados com ligação à Internet através de banda larga (%) por Local de residência (NUTS - 2013)	%	2013	51,3	2016	62
Número de indivíduos com idade entre 16 e 74 anos que preencheram e enviaram pela Internet impressos ou formulários oficiais nos últimos 12 meses	N.º	2013	150.975	2016	137.500
Proporção de declarações fiscais do IRS - Modelo 3 entregues on-line (%) por Localização geográfica	%	2013	86,9	2014	88,4

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Relativamente às TIC a tendência registada é também positiva, quer ao nível das infra-estruturas, quer ao nível da utilização.

Quadro 5.4 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Sistema Urbano e Acessibilidades

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Índice de concentração da população residente em cidades (%) por Local de residência (NUTS - 2013)	%	2013	25,7	2016	25,7

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Este indicador mantém-se inalterável e pela sua própria génese só se deve alterar de 10 em 10 anos ou seja por ocasião dos Censos da população.

Quadro 5.5 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Transportes

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Densidade da rede ferroviária nacional (km/ km ²) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	Km/Km ²	2013	0,22	2015	0,22
Proporção da rede ferroviária nacional eletrificada (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	%	2013	67,4	2015	67,4

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Os indicadores presentes neste sub-dominio são estruturais, pelo que se mantêm inalterados, podendo sofrer alterações se houver lugar à construção de novas infra-estruturas ferroviárias, ou melhoria nas existentes.

A nível de indicadores relativos á dinâmica das empresas a evolução registada é algo antagónica,

não podendo ser apontada uma tendência clara, pois enquanto há um aumento da sobrevivência das empresas, há uma redução na sua natalidade, bem como na taxa de cobertura das importações pelas exportações, que ainda assim é bastante favorável à região.

Quadro 5.6 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Demografia das Empresas

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Taxa de natalidade (%) das Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	%	2013	15,91	2015	14,45
Taxa de sobrevivência (%) das Empresas nascidas 2 anos antes por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	%	2013	48,16	2015	55,88
Nascimentos de empresas em setores de alta e média-alta tecnologia	N.º	2013	155	2015	160
Nascimentos (N.º) de Empresas por Localização geográfica (NUTS - 2013) e Atividade económica (Divisão - CAE Rev. 3)	N.º	2013	12.173	2015	11.522
Taxa de cobertura das importações pelas exportações (%) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	%	2013	134,08	2016	133,62

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Domínio Temático – Inclusão Social e Emprego

A nível da inclusão social os valores registados apontam para um ligeiro decréscimo nos indicadores respeitantes a rendimentos e mesmo no próprio Índice sintético de desenvolvimento, este resultado mais que os efeitos da aplicação dos fundos, acabam por refletir o período crítico atravessado pelo País, relativamente ao qual a aplicação de fundos comunitários pode ter tido um efeito amortecedor.

Quadro 5.7 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio da Inclusão Social

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Poder de compra per capita por Localização geográfica	N.º	2013	89,43		
Ganho médio mensal (€) por Localização geográfica (NUTS - 2002)	€	2013	994,1	2014	990,2
Índice sintético de desenvolvimento regional (Coesão) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	N.º	2013	98,61	2015	98,23

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

No âmbito dos indicadores de desemprego, constata-se que todos eles registaram uma evolução positiva relativamente ao ano de partida, uma vez que há uma redução quer no desemprego, quer no emprego de não qualificados.

Quadro 5.8 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio emprego

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo Feminino	%	2013	13,4	2016	12,2
Taxa de desemprego (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Grupo etário	%	2013	16,9	2016	12,1
Taxa de desemprego da população activa com ensino superior completo (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo	%	2013	12,6	2016	11,3
Proporção de trabalhadores não qualificados (Série 2011 - %) da população empregada por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo	%	2013	14,8	2016	14
Taxa de desemprego de longa duração (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo	%	2013	10	2016	7

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Quadro 5.9 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Serviços de interesse geral

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Médicos por 1000 habitantes (N.º) por Local de residência	N.º	2013	2,4	2016	2,8
Espectadores de espetáculos ao vivo por habitante (N.º) por Localização geográfica	N.º	2013	1	2016	1,1
Visitantes de museus por habitante (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	N.º	2013	0,7	2015	0,8

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Também no âmbito deste sub-domínio os indicadores revelam uma tendência ligeiramente positiva, pois apresentam pequenos acréscimos no período de observação.

Domínio Temático – Capital Humano

Quadro 5.10 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Sistema de Ensino

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Alunos matriculados no ensino não superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002), Nível de ensino ministrado e Natureza institucional	N.º	12/13	116221	14/15	113303
Alunos matriculados no ensino superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002) e Natureza institucional	N.º	12/13	14752	15/16	13621
Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%) por Localização geográfica	%	12/13	117,3	14/15	113,6
Taxa de retenção e desistência no ensino básico regular (%) por Localização geográfica	%	12/13	11,8	14/15	9,4

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

No que respeita aos indicadores relativos ao sistema de ensino verifica-se que há uma redução no número de alunos matriculados, quer no ensino superior, quer no não superior, bem como nas taxas de escolarização do ensino secundário. Mas por outro lado, regista-se como muito positiva a tendência para a redução da taxa de retenção.

Quadro 5.11 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Qualificações

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Diplomados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002)	N.º	12/13	599	14/15	475
Doutorados do ensino superior (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002)	N.º	12/13	59	14/15	69
Doutorados do ensino superior em áreas científicas e tecnológicas (N.º) por Localização geográfica (NUTS - 2002)	N.º	12/13	24	14/15	13
População ativa (Série 2011 - N.º) por Local de residência (NUTS - 2013), Sexo, Grupo etário e Nível de escolaridade mais elevado completo	N.º	2013	359	2016	343,1
Taxa de abandono precoce de educação e formação (Série 2011 - %) por Local de residência (NUTS - 2013) e Sexo	%	2013	20,3	2016	13,4
Taxa de escolaridade do nível de ensino superior (Série 2011 - %) da população residente com idade entre 30 e 34 anos por Local de residência (NUTS - 2013)	%	2013	22	2016	24,2

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Ao nível das qualificações observa-se que a população ativa regista uma regressão no número de ativos com o ensino superior, com certeza relacionada com a elevada taxa de imigração que se registou neste período. Outro aspeto importante tem a ver com o aumento de doutorados, mas com a redução do seu número em áreas científicas e tecnológicas. Positivas são as evoluções que se registam na taxa de abandono precoce e na taxa de escolaridade do ensino superior.

Domínio Temático – Sustentabilidade e eficiência na utilização de recursos

Neste sub-domínio os indicadores utilizados registam uma evolução positiva, que está de acordo com o padrão esperado.

Quadro 5.12 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Alterações climáticas e energia

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Consumo de energia elétrica (kWh) por Localização geográfica e Tipo de consumo	Milhões kWh	2013	4484	2015	4662
Consumo doméstico de energia elétrica por habitante (kWh/ hab.) por Local de residência	kWh/hab.	2013	1234	2015	1247,5

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Ao nível da proteção do ambiente os indicadores não são conclusivos, até porque nalguns casos o período de observação é muito limitado.

Quadro 5.13 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Proteção do ambiente

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Índice sintético de desenvolvimento regional (Qualidade ambiental) por Localização geográfica (NUTS - 2013)	N.º	2013	101,12	2015	101,39
Proporção de resíduos urbanos depositados em aterro	%	2013	72,9	2014	67,9

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Quadro 5.14 – Indicadores de Contexto no Sub-domínio Ambiente Urbano

Indicador	Unidade	Ano Partida	Valor	Último ano	Valor
Proporção de resíduos urbanos recolhidos seletivamente (%) por Localização geográfica	%	2013	10	2014	11
Reconstruções concluídas por 100 construções novas concluídas (N.º) por Localização geográfica	N.º	2013	2	2016	1,9

Fonte INE : Dossiers Temáticos - Sistema de Indicadores do Portugal 2020

Também a este nível os indicadores, para os quais havia informação, sofreram pequenas alterações que não permitem que se avalie de uma forma consistente a tendência registada.

6 - CONCLUSÕES

As análises efetuadas à informação utilizada permitiram retirar algumas conclusões que se apresentam ao longo dos próximos parágrafos.

Na Região do Alentejo no final de 2016 estavam aprovadas 1262 operações, que pressupunham um investimento elegível próximo dos 688 milhões de euros, o qual iria mobilizar mais de 460 milhões de euros de fundos comunitários.

O ALENTEJO 2020 com 37% do total de fundos comunitários comprometidos destaca-se dos restantes, de entre os quais se evidencia o COMPETE 2020 com mais de 26% do total de fundos comunitários comprometidos.

O Programa de Desenvolvimento Rural (PDR2020), também tem um peso relativo importante no que respeita a aplicação de fundos comunitários nesta região, na qual tem mais de 4 mil projetos contratados e já mobilizou mais de 300 milhões de euros de fundos comunitários para apoiar a agricultura regional.

O FEDER é o fundo comunitário com maior relevância com valores que superam os 60% em todas as variáveis. O Fundo de Coesão devido à dimensão financeira dos projetos, designadamente na TI 12 – Ciclo Urbano da Água, tem alguma relevância a nível de Elegível aprovado e Fundo aprovado. Em contrapartida, o FSE destaca-se apenas no N.º de operações e volume de pagamentos, fruto da génese do programa que concede adiantamentos aos beneficiários após a aprovação das operações.

Ao abrigo dos Sistemas de Incentivos estão aprovados para a região do Alentejo 705 projetos que poderão mobilizar mais de 240 milhões de euros de fundos comunitários. A distribuição das candidaturas aprovadas e dos valores de investimento e de fundo comunitário aprovado apontam claramente no sentido da Inovação, qualificação e internacionalização das PME.

As pequenas e médias empresas destacam-se das restantes, pois representam 80% do total de candidaturas aprovadas, 50% do investimento e 57% do fundo comunitário mobilizado para apoiar estas operações. Por sua vez as Não PME são as que menos expressão têm ao nível das candidaturas, mas as que apresentam projetos de maior dimensão com valores de investimento que rondam os 30% do investimento total e elegível aprovado e que mobilizam no total mais de um quarto do fundo comunitário aprovado.

A indústria é o setor mais representativo particularmente ao nível do investimento total e elegível e ao nível do fundo comunitário mobilizado para apoiar as candidaturas, tendo em todas estas variáveis valores próximos ou superiores a 70% dos valores totais aprovados.

Ao nível dos indicadores de impacto dos projetos destacam-se as micro e pequenas empresas que prevêm a criação de mais de 2800 postos de trabalho totais; destes mais de 1700 são Postos de Trabalho qualificados; e a contratação de 270 técnicos (87%). O mesmo se passa relativamente ao acréscimo de VAB onde 62% será da responsabilidade das pequenas e micro empresas. As Não PME destacam-se no acréscimo Volume de Vendas e Negócios Internacional, do qual detêm mais de um terço do acréscimo previsto.

No que respeita aos acréscimos esperados nos indicadores analisados por setor de atividade, a indústria destaca-se: com 57% do acréscimo de PT totais; 45% PT qualificados; e, 70% do total de acréscimos previstos para o VAB e VVN Internacional. Só não assume relevância nas perspetivas de contratação de técnicos, na qual é superada pelo setor dos Serviços que prevê a contratação de perto de uma centena de técnicos.

O PDR 2020 que apoia o desenvolvimento rural, domínio que se destaca dos restantes, por se encontrar numa fase de execução mais adiantada e que representa mais de 40% da mobilização de fundos comunitários aprovados para esta região e cerca de 90% dos pagamentos efetuados.

Nos restantes domínios temáticos, destaca-se o domínio da Competitividade e Internacionalização, que é o que apresenta um maior volume de investimento elegível aprovado, cerca de 40% do total e também um volume considerável de Fundos comunitários aprovados (30%).

As NUTS III Alentejo Central, Baixo Alentejo e Lezíria do Tejo, conjuntamente detêm mais de 75% das operações aprovadas e 80% dos fundos comunitários aprovados para apoiar as operações.

No FEDER destaca-se claramente, das restantes NUTS III, o Alentejo Central que por si só é responsável por 44% do FEDER mobilizado para apoiar operações de investimento na região Alentejo.

A distribuição que se observa ao nível do FSE é muito mais equitativa entre as várias NUTS III do Alentejo, estando o FSE aprovado compreendido entre 11% no Alentejo Litoral e 29% na Lezíria do Tejo.

No Fundo de Coesão o Baixo Alentejo destaca-se das restantes NUTS III, ao mobilizar cerca de 63% do fundo para apoiar os projetos de investimento no âmbito do ciclo urbano da água, que se destinam a melhorar o fornecimento e a qualidade da água.

No Alentejo Central assumem particular relevância o POCI e o ALENTEJO 2020, que em conjunto financiam cerca de 125 milhões de euros, que correspondem a 80% dos fundos aprovados nesta NUTS III.

No Alentejo Litoral, constata-se que o ALENTEJO 2020 é o principal financiador com mais de 16 milhões de euros que correspondem a cerca de 40% dos fundos aprovados nesta NUTS III.

No Alto Alentejo o destaque vai todo para o ALENTEJO 2020 que com perto de 24 milhões de euros de fundos aprovados representa quase metade do financiamento aprovado para esta região.

No Baixo Alentejo o principal programa financiador é o PO SEUR, que é o responsável por cerca de 52% dos fundos aprovados nesta NUTS III. Além deste destaca-se também o ALENTEJO 2020 com valores aprovados de fundo superiores a 30 milhões de euros.

Na Lezíria do Tejo assumem particular relevância o POCI com mais de 27 milhões de fundo aprovado e o ALENTEJO 2020 com mais de 40 milhões, que em conjunto representam cerca de 60% do total de fundos aprovados nesta NUTS III.

A nível do investimento por setores de atividade constata-se que o setor do comércio tem particular destaque na NUTS III Lezíria do Tejo; o setor da indústria no Alentejo Central; o setor dos serviços no Alentejo Central e no Baixo Alentejo; e o setor do turismo no Alentejo Litoral e Alentejo Central.

Relativamente aos indicadores analisados, a nível de PT Totais, PT Qualificados e contratação de técnicos, as NUTS III Alentejo Central e Lezíria do Tejo concentram dois terços dos acréscimos previstos para esta Região. Esta tendência acentua-se para os acréscimos previstos no VAB e no VVN Internacional, nas quais estas duas NUTS III, que passam a representar mais de 70% do acréscimo previsto para o VAB das Empresas e mais de 75% do acréscimo esperado ao nível das exportações (VVN internacional).

Os PDCT destacam-se das restantes ITI ao terem previstos 44% do total de fundos comunitários envolvidos nos instrumentos territoriais analisados e 58% do total de fundos aprovados para apoiar as ITI. Contudo estas estratégias apresentam uma taxa de compromisso (Fundo aprovado/Fundo programado) de 12 %.

No PDCT e na fase a que se reporta a análise, assume destaque a NUTS III Baixo Alentejo que apresenta 44% das operações aprovadas e valores de investimento e mobilização de fundo comunitário que andam próximos dos 35% do total aprovado para este instrumento no Alentejo.

No que respeita aos PEDU, dos 26 aprovados na região Alentejo que globalmente apresentavam uma taxa de compromisso de 11%, o maior destaque vai para o PEDU de Aljustrel que já tem valores de taxa de compromisso na ordem dos 48%.

Relativamente a indicadores de contexto nesta fase e para a maior parte dos indicadores o tempo de observação em relação ao ponto de partida (2013) ainda é muito reduzido para que se possam tirar ilações concretas acerca da tendência registada.

Ainda neste âmbito e no que diz respeito ao Programa Nacional de Reformas, atualizado em abril de 2017, continua também em destaque, uma vez mais, o efeito das diversas reformas na prossecução das metas definidas no âmbito da Estratégia Europa2020, encontrando-se ainda em desenvolvimento uma bateria de indicadores de monitorização e impacte para cada um dos Pilares do Programa Nacional de Reformas, que permitirá ir aferindo da sua evolução no médio prazo.

ANEXO I

Tabela Objetivo Temático

Código	Designação
1	Reforçar a investigação, o desenvolvimento tecnológico e a inovação
2	Melhorar o acesso às tecnologias da informação e da comunicação, bem como a sua utilização e qualidade
3	Reforçar a competitividade das pequenas e médias empresas
4	Apoiar a transição para uma economia de baixo teor de carbono em todos os setores
5	Promover a adaptação às alterações climáticas e a prevenção e gestão de riscos
6	Preservar e proteger o ambiente e promover a eficiência energética
7	Promover transportes sustentáveis e eliminar os estrangulamentos nas principais redes de infraestruturas
8	Promover a sustentabilidade e a qualidade do emprego e apoiar a mobilidade laboral
9	Promover a integração social e combater a pobreza e qualquer discriminação
10	Investir na educação, na formação e na formação profissional para aquisição de competências e a aprendizagem ao longo da vida
11	Melhorar a capacidade institucional das autoridades públicas e partes interessadas e a eficiência da administração pública
12	Sobrecustos - Regiões Ultraperiféricas - RUP
13	Não aplicável (apenas assistência técnica)
98	Contribuir para a redução das formas de pobreza mais acentuadas.
99	Não aplicável

Fonte: SIGPOA

ANEXO II

Tabela Prioridade Investimento					
Código	Designação	Código	Designação	Código	Designação
99	Não aplicável	4.02	A promoção da eficiência energética e da utilização das energias renováveis nas empresas;	8.03	Criação de emprego por conta própria, empreendedorismo e criação de empresas, incluindo micro, pequenas e médias empresas inovadoras;
1.01	O reforço da infraestrutura e das capacidades de investigação e inovação (I&I) e da capacidade de desenvolvimento da excelência na I&I, e a promoção de centros de competência, nomeadamente os de interesse europeu;	4.03	A concessão de apoio à eficiência energética, à gestão inteligente da energia e à utilização das energias renováveis nas infraestruturas públicas, nomeadamente nos edifícios públicos, e no setor da habitação;	8.04	Igualdade entre homens e mulheres em todos os domínios, nomeadamente nos domínios do acesso ao emprego, da progressão na carreira, da conciliação da vida profissional e privada e da promoção da igualdade de remuneração para trabalho igual;
1.02	A promoção do investimento [...] das empresas em inovação e investigação, o desenvolvimento de ligações e sinergias entre empresas, centros de I&D e o ensino superior, em especial no domínio de desenvolvimento de produtos e serviços, transferência de tecnologia, inovação social e aplicações de interesse público, estimulação da procura, redes, clusters e inovação aberta através de especialização inteligente [...], apoio tecnológico e investigação aplicada, linhas-piloto, recursos humanos, ações precoces de validação de produtos, capacidades avançadas de produção e primeira produção de tecnologias seminais essenciais, bem como difusão de tecnologias de interesse geral;	4.04	O desenvolvimento e a implantação de sistemas de distribuição inteligente que operem a níveis de baixa e média tensão;	8.05	Adaptação dos trabalhadores, das empresas e dos empresários à mudança;
10.01	Redução e prevenção do abandono escolar precoce e promoção da igualdade de acesso a um ensino infantil, primário e secundário de boa qualidade, incluindo percursos de aprendizagem formais, não formais e informais para a reintegração no ensino e na formação;	4.05	A promoção de estratégias de baixo teor de carbono para todos os tipos de territórios, nomeadamente as zonas urbanas, incluindo a promoção da mobilidade urbana multimodal sustentável e medidas de adaptação relevantes para a atenuação;	8.06	Envelhecimento ativo e saudável;
10.02	Melhoria da qualidade e da eficiência do ensino superior e equivalente, e do acesso ao mesmo, a fim de aumentar os níveis de participação e de habilitações, particularmente para os grupos desfavorecidos;	4.06	A promoção da investigação, inovação e adoção de tecnologias de baixo teor de carbono	8.07	Modernização do mercado de trabalho, nomeadamente através da criação de serviços de emprego públicos e privados e da melhoria da adequação às necessidades do mercado de trabalho, incluindo medidas destinadas a aumentar a mobilidade transnacional dos trabalhadores, inclusive através de regimes de mobilidade e melhor cooperação entre as instituições e as partes relevantes;
10.03	Melhoria da igualdade de acesso à aprendizagem ao longo da vida para todas as faixas etárias em contextos formais, não formais e informais, atualização do conhecimento, das aptidões e das competências dos trabalhadores, e promoção de percursos de aprendizagem flexíveis, inclusive através da orientação profissional e da validação das competências adquiridas;	4.07	A promoção da cogeração de calor e eletricidade de elevada eficiência baseada na procura de calor útil	8.08	A concessão de apoio ao desenvolvimento dos viveiros de empresas e o apoio à atividade por conta própria, às microempresas e à criação de empresas;
10.04	Melhoria da pertinência do ensino e da formação ministrados para o mercado de trabalho, facilitação a transição da educação para o trabalho e reforço dos sistemas de ensino e formação profissionais e da sua qualidade, inclusive através de mecanismos de antecipação de competências, adaptação dos currículos e criação e desenvolvimento de sistemas de ensino baseados no trabalho, nomeadamente sistemas de ensino dual e de aprendizagem;	5.01	A concessão de apoio ao investimento para a adaptação às alterações climáticas, incluindo abordagens baseadas nos ecossistemas;	8.09	A concessão de apoio ao crescimento propício ao emprego através do desenvolvimento do potencial endógeno como parte integrante de uma estratégia territorial para zonas específicas, incluindo a conversão de regiões industriais em declínio e desenvolvimento de determinados recursos naturais e culturais e da sua acessibilidade;
10.05	Desenvolvimento das infraestruturas educativas e formativas;	5.02	A promoção de investimentos para fazer face a riscos específicos, assegurar a capacidade de resistência às catástrofes e desenvolver sistemas de gestão de catástrofes;	8.10	A concessão de apoio às iniciativas locais de desenvolvimento e ajuda às estruturas que prestam serviços de proximidade para criar emprego, sempre que essas medidas não se enquadram no âmbito de aplicação do Regulamento (UE) n.º 1304/2013 do Parlamento Europeu e do Conselho;
11.03	Reforço da capacidade institucional das autoridades públicas e das partes interessadas e da eficiência da administração pública, através de ações para reforçar a capacidade institucional e a eficiência das administrações públicas e dos serviços públicos implicados na execução do FEDER, e apoio a ações no âmbito do FSE destinadas a reforçar a capacidade institucional e a eficiência da administração pública	6.01	Investimentos no setor dos resíduos para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	8.11	Investimento na infraestrutura dos serviços de emprego;
11.1	Investimento nas capacidades institucionais e na eficiência das administrações e dos serviços públicos a nível nacional, regional e local, a fim de realizar reformas, legislar melhor e governar bem;	6.02	Investimentos no setor da água, para satisfazer os requisitos do acervo ambiental da União e atender às necessidades de investimento identificadas pelos Estados-Membros que vão além desses requisitos;	9.01	Inclusão ativa, incluindo com vista à promoção da igualdade de oportunidades e da participação ativa e a melhoria da empregabilidade;
11.2	Criação de capacidades para todos os agentes que operam no domínio da educação, da aprendizagem ao longo da vida, da formação, do emprego e das políticas sociais, inclusive através de pactos setoriais e territoriais de preparação de reformas a nível nacional, regional e local.	6.03	A conservação, proteção, promoção e o desenvolvimento do património natural e cultural;	9.02	Integração socioeconómica de comunidades marginalizadas, tais como os ciganos
12.03	RUP	6.04	A proteção e reabilitação da biodiversidade e dos solos e promoção de sistemas de serviços ecológicos, nomeadamente através da rede Natura 2000 e de infraestruturas verdes;	9.03	Luta contra todas as formas de discriminação e promoção da igualdade de oportunidades;
13.1	AT	6.05	A adoção de medidas destinadas a melhorar o ambiente urbano, a revitalizar as cidades, recuperar e descontaminar zonas industriais abandonadas, incluindo zonas de reconversão, a reduzir a poluição do ar e a promover medidas de redução de ruído;	9.04	Melhoria do acesso a serviços sustentáveis, de grande qualidade e a preços comportáveis, incluindo cuidados de saúde e serviços sociais de interesse geral;
2.01	A implantação alargada da banda larga e a implantação das redes de alta velocidade, e o apoio à adoção das tecnologias emergentes e das redes para a economia digital.	6.06	A promoção de tecnologias inovadoras para melhorar a proteção ambiental e a utilização eficiente dos recursos nos setores dos resíduos, da água e no que respeita aos solos, e para reduzir a poluição atmosférica;	9.05	Promoção do empreendedorismo social e da integração profissional nas empresas sociais e da economia social e solidária para facilitar o acesso ao emprego;
2.02	O desenvolvimento de produtos e serviços TIC, comércio eletrónico e fomento da procura de competências TIC;	6.07	A concessão de apoio à transição industrial para uma economia eficiente em termos de recursos, promovendo o crescimento ecológico, a ecoinovação e a gestão dos indicadores de desempenho ambiental nos setores público e privado;	9.06	Estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;
2.03	O reforço das aplicações de TIC para a administração em linha, a aprendizagem em linha, a inclusão, a cultura em linha e a saúde em linha.	7.01	A concessão de apoio a um Espaço Único Europeu de Transporte multimodal, mediante o investimento na RTE-T;	9.07	Investimentos na saúde e nas infraestruturas sociais que contribuam para o desenvolvimento nacional, regional e local, a redução das desigualdades de saúde, a promoção da inclusão social através da melhoria do acesso aos serviços sociais, culturais e recreativos, e da transição dos serviços institucionais para os serviços de base comunitária;
3.01	A promoção do espírito empresarial nomeadamente facilitando o apoio à exploração económica de novas ideias e incentivando a criação de novas empresas, inclusive através de viveiros de empresas.	7.02	A melhoria da mobilidade regional através da ligação dos nós secundários e terciários às infraestruturas de RTE-T, incluindo os nós multimodais;	9.08	A concessão de apoio à regeneração física, económica e social das comunidades desfavorecidas em zonas urbanas e rurais;
3.02	O desenvolvimento e aplicação de novos modelos empresariais para as PME, especialmente no que respeita à internacionalização.	7.03	O desenvolvimento e a melhoria de sistemas de transporte ecológicos (nomeadamente de baixo ruído) e baixo teor de carbono, incluindo as vias navegáveis interiores e o transporte marítimo, os portos, as ligações multimodais e as infraestruturas aeroportuárias, a fim de promover a mobilidade regional e local sustentável;	9.09	A concessão de apoio a empresas sociais;
3.03	A concessão de apoio à criação e ao alargamento de capacidades avançadas de desenvolvimento de produtos e serviços;	7.04	O desenvolvimento e a reabilitação de sistemas ferroviários abrangentes, de elevada qualidade e interoperáveis e a promoção de medidas de redução de ruído;	9.10	Investimentos no contexto de estratégias de desenvolvimento local de base comunitária;
3.04	A concessão de apoio à capacidade das PME para crescerem em mercados regionais, nacionais e internacionais e de empreenderem processos de inovação;	7.05	A melhoria da eficiência energética e da segurança do abastecimento através do desenvolvimento de sistemas inteligentes de distribuição, armazenamento e transporte de energia e da integração da geração distribuída a partir de fontes renováveis;	98.01	Privação alimentar
4.01	A promoção da produção e distribuição de energia proveniente de fontes renováveis;	8.01	Acesso ao emprego para os candidatos a emprego e os inativos, incluindo os desempregados de longa duração e as pessoas afastadas do mercado de trabalho, e através de iniciativas locais de emprego e apoio à mobilidade dos trabalhadores;	98.02	Privação material de base
		8.02	Integração sustentável dos jovens no mercado de trabalho, em especial os que não trabalham, não estudam, nem se encontram em formação, incluindo os jovens em risco de exclusão social e os jovens de comunidades marginalizadas, inclusive através da execução da Garantia para a Juventude;	98.03	Assistência Técnica

Fonte: SIGPOA

ANEXO III

Tabela Tipologia de Intervenção

Código	Designação	Código	Designação
2	Eficiência energética nas empresas	65	Igualdade no acesso ao ensino pré-escolar, básico e secundário
3	Eficiência energética nas infraestruturas públicas	69	Formação avançada
4	Eficiência energética nas habitações	71	Ensino profissional para jovens
6	Mobilidade urbana sustentável	73	Infraestruturas de ensino básico e secundário
7	Eficiência energética nos transportes públicos	74	Equipamentos de ensino superior
17	Regeneração de instalações industriais abandonadas	75	Infraestruturas de formação
18	Integração dos adultos no mercado laboral	78	Grupos operacionais
21	Criação de emprego por conta própria e apoio à criação de empresas	79	Capacitação e divulgação
24	Formação de ativos para a empregabilidade	80	Aconselhamento
28	Valorização dos recursos endógenos em territórios específicos	81	Jovens agricultores
29	Inclusão ativa de população com deficiência/incapacidade	82	Investimento na exploração agrícola
32	Intervenções integradas em territórios vulneráveis	83	Investimento na transformação e comercialização produtos agrícolas
33	Inclusão ativa de imigrantes e minorias étnicas	84	Infraestruturas coletivas
35	Promoção do voluntariado	85	Criação AP/OP
42	Infraestruturas e equipamentos sociais e de saúde	86	Organizações interprofissionais
43	Regeneração socioeconómica e física de comunidades e zonas desfavorecidas	87	Integração empresarial
45	Investigação científica e tecnológica	88	Seguros
47	Atividades de I&D empresarial	89	Prevenção de riscos e restabelecimento do potencial produtivo
48	Clusters e redes de inovação	90	Agricultura biológica
49	Investimento empresarial em inovação de não PME	91	Produção Integrada
51	Empreendedorismo qualificado e criativo	92	Pagamentos Rede Natura
52	Internacionalização das PME	93	Conservação do solo
53	Qualificação e inovação das PME	94	Uso eficiente da água
59	Emprego altamente qualificado nas empresas	95	Culturas permanentes tradicionais
60	Formação de empresários e trabalhadores das empresas	96	Pastoreio extensivo
61	Sistema de Requalificação trabalhadores da AP	97	Recursos genéticos
62	Capacitação e modernização das administrações e dos serviços públicos	98	Mosaico agroflorestal
63	Formação dos trabalhadores da AP		

Fonte: SIGPOA

SIGLAS E ABREVIATURAS

ADC – Agência para o Desenvolvimento e Coesão
Alentejo 2020 – Programa Operacional Regional do Alentejo 2014-2020
CAE – Classificação Portuguesa das Atividades Económicas
DLBC - Desenvolvimento Local de Base Comunitária
FBCF – Formação Bruta de Capital Fixo
FC – Fundo de Coesão
FEADER – Fundo Europeu Agrícola de Desenvolvimento Rural
FEDER – Fundo Europeu de Desenvolvimento Regional
FSE - Fundo Social Europeu
GAL – Grupo de Ação Local
I&D – Investigação e Desenvolvimento
I&I – Investigação e Inovação
INE – Instituto Nacional de Estatística
ITI - Investimentos Territoriais Integrados
MAR – Programa Operacional MAR
NUTS - NUT- Nomenclatura das Unidades Territoriais para Fins Estatísticos
OT – Objetivo Temático
PDCT - Pacto para o Desenvolvimento e Coesão Territorial
PDR – Programa de Desenvolvimento Rural
PDU - Plano de Desenvolvimento Urbano
PEDU - Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano
PI – Prioridade de Investimento
PIB – Produto Interno Bruto
PME – Pequena e Média Empresa
PNR – Plano Nacional de Reformas
PO – Programa Operacional
POCH – Programa Operacional Capital Humano
POCI – Programa Operacional Competitividade e Internacionalização – COMPETE
POISE – Programa Operacional Inclusão Social e Emprego
POSEUR – Programa Operacional Sustentabilidade e Eficiência no Uso dos Recursos
PT – Posto de Trabalho
SGO – Sistema de Informação
SI – Sistema de Incentivos
SIGPOA – Sistema de Informação e Gestão do Programa Operacional do Alentejo
TI – Tecnologias de Informação
TIC – Tecnologias de Informação e Comunicação
VAB – Valor Acrescentado Bruto
VVN – Volume de Negócios



Comissão de Coordenação
e Desenvolvimento Regional do Alentejo

<http://webb.ccdr-a.gov.pt>